



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA SOCIAL E
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Héldson Tomaso Pereira de Lima

GESTÃO DAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NA POLÍCIA
MILITAR DO PARÁ: novo paradigma do policiamento moderno e
seus reflexos no planejamento operacional

Orientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*

Coorientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Belém-PA

2013

Héldson Tomaso Pereira de Lima

**GESTÃO DAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NA POLÍCIA
MILITAR DO PARÁ: novo paradigma do policiamento moderno e
seus reflexos no planejamento operacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Defesa Social e Mediação de Conflitos – PPGDSMC, da
Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em Defesa Social e
Mediação de Conflitos.

Orientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*

Coorientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Belém-PA

2013

Héldson Tomaso Pereira de Lima

**GESTÃO DAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS NA POLÍCIA
MILITAR DO PARÁ: novo paradigma do policiamento moderno e
seus reflexos no planejamento operacional**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para obtenção do grau de Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos, no Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade Federal do Pará.

Belém, 27 de Setembro de 2013.

Prof. Wilson José Barp, Dr.

(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos)

Banca Examinadora

Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*
Universidade Federal do Pará - PPGDSMC
Orientadora

Profa. Adrilayne dos Reis Araújo, *M. Sc.*
Universidade Federal do Pará - PPGDSMC
Avaliadora Interna

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*
Universidade Federal do Pará - PPGDSMC
Coorientador

Profa. Ana Rosa Baganha Barp, *Dra.*
Universidade Federal do Pará – PPGEC/ITEC
Avaliadora Externa

Prof. Wilson José Barp, *Dr.*
Universidade Federal do Pará - PPGDSMC
Avaliador Interno

Dedico esta conquista

Primeiramente a Deus que conduz a minha vida e me fez entender que a humildade e a justiça são a base de toda existência, além de me tornar um instrumento da sua vontade. Aos meus amados pais, Francisco Rodrigues de Lima (*In memoriam*) e Antônia Tomaso Pereira de Lima, pela dedicação, pelos ensinamentos e pela mão amiga, sempre presentes em minha vida.

Aos meus queridos irmãos Francisco Rodrigues de Lima Jr e Klédson Tomaso Pereira de Lima pelos ensinamentos e pelo convívio de toda uma vida juntos.

Aos meus professores e colegas de turma pela amizade, compreensão e ajuda ao longo destes anos.

A minha amada esposa Samarina Teixeira Tomaso de Lima, companheira de todas as horas e responsável por tudo que conquistei na vida, sem você eu nada seria; e, a minha filha Helena di Tomaso Teixeira Lima, fonte expiradora e razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, nosso Deus, a quem estou aqui para fazer a sua vontade e ao mesmo tempo, propiciou-me inúmeras graças a quem sempre rogo para manter minha fé!

A Universidade Federal do Pará pela inestimável oportunidade de participar da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos;

A minha amiga e orientadora Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida pela compreensão e pelas horas a mim disponíveis durante a orientação desta produção acadêmica, sem seu auxílio nada disso seria possível;

Ao meu amigo e coorientador, Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos, pela compreensão e orientação, sempre me direcionando ao caminho correto deste trabalho, sem os quais, a execução desta tarefa se tornaria muito mais difícil;

A todos os professores que fizeram parte Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos por permitirem aumentar meus conhecimentos através de suas sapiências na arte de ensinar.

Aos companheiros deste curso de Mestrado pela amizade que se formou em anos de convivência. Levarei esta experiência pelo resto da minha existência;

As alunas Kelly, Danielle e Débora do curso de Estatística da Universidade Federal do Pará pelas inestimáveis horas de ensinamentos sobre os meandros da Estatística, que muito contribuíram para a realização deste trabalho; bem como, a Soldado Natália por ter me ajudado a interpretar o que estava por detrás dos números produzidos pelo Sistema de Segurança Pública do Pará.

Aos membros da banca examinadora pela presença na avaliação deste trabalho com imparcialidade e pelas sugestões a melhoria desta dissertação.

Aos meus companheiros de labuta no Comando Regional IX, em especial a Subtenente Soraia, Cabo Eurides, Soldados Luana, Aldenise, Regina e Braga pela valorosa ajuda em não deixar os trabalhos sofrerem descontinuidade, durante minhas ausências destinadas a elaboração desta dissertação.

“Senhor, sois vós que fazeis brilhar o meu farol, sois vós que dissipais as minhas trevas. Convosco afrontarei batalhões, com meu Deus escalarei muralhas.”

Salmo 18:28-29

RESUMO

LIMA, Héldson Tomaso Pereira de Lima. Emprego de Estatísticas Criminais pela Polícia Militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos). PPGDSMC, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2013. Mestrado.

A busca pela integração com a comunidade, a gestão da informação criminal e as tecnologias da informação se colocam entre as principais razões que alavancam mudanças nas estruturas e no modo de atuação das Polícias. Buscar planejamentos operacionais com bases mais científicas é a razão de ser para mudanças de paradigmas nas forças policiais. Neste contexto, as Estatísticas Criminais desempenham um papel importantíssimo, por ser a fonte fundamental para a construção da análise criminal, além de oferecer um diagnóstico mais aproximado da realidade que envolve a criminalidade e da violência. Assim, esta dissertação tem como objetivo analisar como as estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará são empregadas no planejamento operacional da Polícia Militar, levando-se em conta a integração das informações e como os policiais que trabalham nos bairros do Guamá e da Terra Firme as utilizam para desenvolverem suas atividades constitucionais de policiamento ostensivo e preventivo. Para tanto, foram levantadas os seguintes temas para o desenvolvimento da discussão: os novos paradigmas do policiamento moderno, levando-se em consideração o emprego de ferramentas mais científicas para melhorar a efetividade do policiamento, dentre eles as estatísticas criminais; segundo, como são produzidas as estatísticas criminais dentro do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e quais banco de dados que são utilizados para produção das análises; terceiro são apresentados resultados da pesquisa de campo realizada nos policiais militares dos bairros do Guamá e da Terra Firme visando mostrar a utilização das estatísticas criminais por parte destes profissionais da segurança pública. Mostrando-se como resultado principal a necessidade de integração das informações do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e a necessidade de que o processo de produção de conhecimento chegue a todos os níveis da Polícia Militar, principalmente aos que trabalham na atividade operacional.

Palavras-chave: Segurança Pública, Estatísticas Criminais, Policiamento Ostensivo.

ABSTRACT

LIMA, Héldson Tomaso Pereira de Lima. Use of Crime Statistics by the Military Police of Pará: new paradigm of modern policing and its reflections in the operational planning. 2013. Dissertation (Postgraduate program in Social Defense and Conflict Mediation). PPGDSMC, UFPA, Belém, Pará, Brazil. 2013. Master's Degree

The search for integration with the community, the criminal information management and information technology are among the main reasons to leverage changes in structures and in the performance of the Police. Seek operational plans with more scientific bases is the key point for change of paradigms in the police forces. In this context, Criminal Statistics play an important role, being the fundamental source for the construction of criminal analysis, in addition to offering an approximate diagnosis of the reality that involves crime and violence. Thus, this dissertation aims to analyze how criminal statistics produced by the State System of Public Security and Social Defense of the State of Pará are used in the operational planning of the military police, taking into account the integration of the information and how the policemen who work in Guamá and Terra Firme neighborhoods use it to develop their constitutional activities of the ostensible and preventive policing. To this end, the following themes were selected for the development of the discussion: the new paradigms of modern policing, taking into consideration the use of more scientific tools to improve the effectiveness of policing, including criminal statistics; second, how criminal statistics are produced within the System of Public Security and Social Defense and which database are used for production of analyses; third are presented results of the field research conducted in the military policemen of the Guamá and Terra Firme neighborhoods in order to show the use of crime statistics from these public safety professionals. Showing as main result the need for integration of information from System of Public Security and Social Defense and the need for the process of knowledge production reaches all levels of the military police, mainly to those who work in operational activity.

Keywords: Public Safety, Crime Statistics, Ostensive Policing.

LISTA DE TABELAS

5.1	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de Policiamento Executado.	58
5.2	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de policiamento versus Mapa Criminal.	60
5.3	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto/Graduação versus Mapa Criminal.	62
5.4	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Grau de Escolaridade versus Mapa Criminal.	63
5.5	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Faixa Etária (em Anos) versus Mapa Criminal.	64
5.6	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em Relação aos Motivos de Não Registro da Ocorrência no BAPM.	65
5.7	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto versus Registro BAPM.	66
5.8	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de policiamento versus Registro BAPM.	67
5.9	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Grau de Escolaridade versus Registro BAPM.	67
5.10	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Faixa Etária (em Anos) versus Registro BAPM.	68
5.11	Quantidade e Percentual de Ocorrências Criminais Registradas no Período de 2009 a 2012 nos bairros do Guamá e Terra Firme nos Sistemas BAPM, CIOP, e SISP, por Mês.	69
5.12	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto versus Recebimento de Dados BAPM.	70
5.13	Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de policiamento versus Recebimento de Dados BAPM.	71

5.14	Resultado do Teste para Verificar a Dependência das Variáveis Referentes à Gestão da Informação, a partir do Valor do Qui-quadrado, Nível Descritivo (p-valor), Número de Linhas (l) e Colunas (c), Critério β	72
5.15	Resíduos e Níveis de Confiança Resultantes da Aplicação da Análise de Correspondência às Variáveis, Mapa Criminal e Registro de Atendimento, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013.	72
5.16	Resíduos e Níveis de Confiança Resultantes da Aplicação da Análise de Correspondência às Variáveis Mapa Criminal e Dados BAPM, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013.	73

LISTA DE FIGURAS

2.1	Passos para implantação do Policiamento Comunitário.	32
3.1	Organograma do Sistema de Segurança Pública do Estado da Lei Nº 5.944/1996.	42
3.2	Organograma do Sistema de Segurança Pública do Estado da Lei Nº 7.584/2011.	43
3.3	Organograma da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal da Lei Nº 7.584/2011.	46
4.1	Mapa do Bairro do Guamá	50
4.2	Mapa do Bairro da Terra Firme (Montese)	50
4.3	Organograma da 1ª Região Integrada de Segurança Pública e Defesa Social. . .	51
5.1	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Gênero.	54
5.2	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Faixa Etária (em Anos)	55
5.3	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Raça	55
5.4	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Estado Civil.	56
5.5	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Grau de Escolaridade.	56
5.6	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto/Graduação.	57
5.7	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tempo de Serviço.	57
5.8	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em Relação ao Recebimento do Mapa Criminal para o Emprego no Policiamento Ostensivo.	60
5.9	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em Relação ao Registro de Ocorrência no BAPM.	64
5.10	Percentual de Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da	70

	Policia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em relação aos dados produzidos através dos BAPM.	
A.1	Questionário Utilizado na Pesquisa com Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Policia Militar do Pará, Realizada no Município de Belém, no Ano de 2013.	81

LISTA DE SIGLAS

AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social

BAPM – Boletins de Atendimento Policial Militar

RISP – Regiões Integradas de Segurança Pública

SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGUP – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

BPM – Batalhão da Polícia Militar

SIEDS – Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ISP – Inteligência de Segurança Pública

POP – Policiamento Orientado para o Problema

CIOP – Centro Integrado de Operações

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal

DNISP – Doutrina de Inteligência de segurança Pública

AC – Análise de Correspondência

ACM – Análise de Correspondência Múltipla

CF– Constituição Federal

IESP – Instituto de Ensino de Segurança Pública

Zpol – Zonas de Policiamento

CEI – Centro Estratégico Integrado

DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado do Pará

CPC – Comando de Policiamento da Capital

SEISP – Setores Integrados de Segurança Pública e Defesa Social

RMB – Região Metropolitana de Belém

DINE – Diretoria de Inteligência Estratégica

DAC – Diretoria de Análise Criminal

BOP – Boletim de Ocorrência Policial

SIGPOL – Sistema Integrado de Gestão Policial Militar

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE SIGLAS

1	Introdução	19
1.1	Justificativa e Importância do Trabalho.	19
1.2	Hipótese Básica da Dissertação.	22
1.3	Situação Problema.	22
1.4	Objetivos.	23
	1.4.1 Objetivo Geral.	23
	1.4.2 Objetivo Específicos.	23
1.5	Limitações do Trabalho.	23
1.6	Estrutura do Trabalho.	24
2	Novos Paradigmas do Policiamento Moderno	25
2.1	O Papel da Polícia.	25
2.2	Nova Estratégia Organizacional.	28
	2.2.1 As Estatísticas Criminais e o Policiamento Profissional.	28
	2.2.2 As Estatísticas Criminais no Policiamento para Solução de Problemas e no Policiamento Comunitário.	30
2.3	A importância das Estatísticas Criminais para o planejamento da atividade operacional da Polícia Militar.	33
	2.3.1 A Produção de Conhecimento.	33
	2.3.2 O Emprego das Estatísticas Criminais no Policiamento Ostensivo.	35
3	A Gestão das Informações d Estatísticas Criminais do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará	39
3.1	A Evolução do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará.	39
3.2	Instituições de Segurança Pública e seus Bancos de Dados Criminais.	44
	3.2.1 Centro Integrado de Operações - CIOP.	44

3.2.2	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC).	45
3.2.3	Polícia Civil.	46
3.2.4	Polícia Militar.	47
4	Metodologia	49
4.1	Descrição dos Dados.	49
4.2	Análise Descritiva.	52
4.3	Análise de Correspondência.	52
5	Resultados e Discussões	54
5.1	Perfil dos Policias a partir da Análise Descritiva.	54
5.2	Gestão da Informação a partir da Estatística Descritivas.	58
5.3	Análise dos Dados Secundários (SISP, CIOP e BAPM)	68
5.4	Resultados da Análise de Correspondência.	71
6	Considerações Finais e Recomendações	74
6.1	Considerações Finais.	74
6.2	Recomendações.	77
	Referências Bibliográficas	78
	Apêndice	81

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentadas as justificativas e considerações iniciais que levaram a abordar o tema, assim como a apresentação das hipóteses, da questão problema, dos objetivos e das limitações encontradas.

1.1 Justificativa e Importância do Trabalho

Um dos maiores desafios da sociedade moderna é a constante busca pela felicidade, que perpassa inevitavelmente pela questão da segurança, fazendo com que os governantes se debruçam a cada nova gestão em tentar encontrar soluções para melhorar o sistema de segurança pública. Seria a falta de servidores para o setor? Falta de equipamentos? Poucos investimentos?

Quando se analisa os investimentos no setor, constata-se a considerável gama de recursos gastos com o tema; por exemplo, dados oficiais do Ministério da Justiça (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012), confirmam a elevação de gastos no setor, visto que, segundo pesquisa do órgão que relaciona os números brutos de investimentos com a quantidade de habitantes dos Estados, no período de 2005 a 2008, apontam que o Pará foi 5º estado da federação que mais investiu em segurança, com uma média anual de 73,71% ficando à frente inclusive de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, em termos proporcionais. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) publicou o estudo Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública produzida pela SENASP (2013) no qual aponta entre outros temas, os gastos das instituições de cada Estado da Federação, constatando que a Polícia Militar do Pará, chegou a executar em 2011 mais de 500 milhões de reais, comprovando o grande investimento no setor.

Seguindo esta linha de raciocínio da lógica administrativa, onde mais investimentos resultariam em elevação na qualidade dos serviços prestados e conseqüentemente melhoria nos índices do setor, imaginar-se-ia que os indicadores da segurança no Estado do Pará também acompanhariam este ritmo de crescimento; todavia, não foi bem isso que aconteceu, no decorrer do mesmo período houve um acréscimo considerado no número de crimes registrados no Estado, segundo Mapa da Violência de 2013 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013), em 2000 o Pará estava em 20º no ranking dos estados mais violentos, com uma taxa de 15,1 (homicídios por 100 mil habitantes), em 2010 o Pará saltou para a 3º

posição com uma taxa de 47,5 e em 2011 passou a 4º colocação com uma taxa de 40,0 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

Parodiando Daniel Quinn, em seu livro “Além da Civilização”, afirma que:

Se os programas fizessem realmente o que as pessoas esperam que façam, a sociedade humana seria um paraíso: os governos funcionariam, as escolas funcionariam, os sistemas penais funcionariam [...] A maioria das pessoas aceitam essa situação sem reclamar porque sabem que estão tendo mais a cada ano que passa: orçamentos maiores, mais leis, mais policiamento, mais prisões, mais de tudo que não funcionou no ano passado, nem no outro, nem no outro (QUINN, 2001 p.15).

Portanto, programas no setor que apontam perspectivas para reverter este quadro existem, e a cada nova gestão centenas são enunciados como o salvador dos problemas, porém na sua maioria são replicações de outros já apresentados, que misturam aquisição de equipamentos, viaturas e sistemas informacionais, sem se importar em com quem vai operar tudo isso, como no caso do Pará, como recentemente ocorreu com o aluguel de centenas de viaturas para a Polícia Militar sem aferir antes, se teriam pelo menos motoristas para dirigi-las.

Chegou a hora de mudar o modo de pensar segurança pública, sair de projetos factóides e que estimulam e reforçam apenas o modelo reativo de se fazer polícia ostensiva, partindo para o foco da prevenção eficaz e qualificada, para isso, há a necessidade de estimular outros mecanismos de trabalhar a informação dentro do sistema de segurança pública e a própria aferição de dados.

Os indicadores do sistema de segurança pública são baseados apenas no banco de dados, cujos registros são feitos dentro das delegacias da Polícia Civil, ou seja, o cidadão vai até uma unidade especializada ou acessa o sistema informatizado, delegacias *on line*, para comunicar que foi vítima de um crime. Esses registros são transformados em estatísticas criminais com variáveis (hora, dia da semana e lugares) para depois, poderem teoricamente, serem encaminhados a polícia ostensiva, Polícia Militar, para a partir deles realizar seu planejamento preventivo de ocupação de espaços visando conter os delitos.

Ocorre que, existe uma enorme quantidade de crimes que não chegam ao conhecimento da polícia judiciária, segundo Ramos *et al.* (2010) que realizaram pesquisa sobre subnotificações no município de Belém no período de agosto de 2009 a julho de 2010, constatam-se que 70,67% das pessoas que foram vítimas de delitos não procuraram o auxílio da polícia, ou seja, o sistema de segurança pública deixou de ter conhecimento de mais de 70% dos delitos que ocorreram em Belém naquele período, ainda segundo a pesquisa, apenas 29,33% solicitaram auxílio policial, porém deste universo, somente 7,34% solicitaram auxílio à Polícia Civil. Somando-se os que não pediram auxílio com os que não foram até a

Polícia Civil, consta-se então que 92,66% dos crimes não são estudados ou transformados em estatísticas criminais para subsidiar o planejamento operacional, por não entrarem no banco de dados da Polícia Civil, única fonte de todo estudo criminal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Voltando as questões de eficiência do policiamento ostensivo surge a indagação, como produzir planejamentos eficazes e qualificados na prevenção dos delitos, se a base de dados utilizada não reflete o que acontece na realidade da sociedade em termos de ocorrências criminais?

Não é por acaso que os índices criminais oscilam constantemente, apesar de existirem inúmeros projetos, de serem despendidos cada vez mais recursos para a área de segurança pública. Possuir informações qualificadas e conhecer a realidade social são ferramentas fundamentais para o êxito de qualquer planejamento estratégico na área da segurança pública, máxima essa já preconizada por Sun Tzu (2000) desde os primórdios das civilizações.

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas. (TZU, 2000 p. 41).

Um dos desafios deste trabalho é justamente pesquisar como são geridas, trabalhadas e compartilhadas as Estatísticas Criminais produzidas pelo Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS) e como estas informações chegam aos policiais militares do 20º Batalhão da Polícia Militar (BPM) para o planejamento de suas ações operacionais.

O interesse em estudar como funciona e se estrutura o sistema de informações da segurança pública, deriva da necessidade de encontrar uma alternativa de mudança a essa realidade pouco produtora, saindo do viés meramente reativo para o proativo, direcionando o foco de suas ações na utilização de tecnologias de informações de inteligência como principal ferramenta de gestão, visando construir possíveis cenários que auxiliem na tomada de decisões na área de segurança pública.

Torna-se pouco inteligente, estando na chamada era da informação, onde o mundo é cada vez mais informatizado e as sociedades estejam praticamente todas conectadas em redes e a Polícia Militar do Pará continuar realizando planejamento e gestão sem o aporte de recursos tecnológicos como análises criminais, georreferenciamento, integração de banco de dados e estatísticas criminais, pelo simples fato de não possuir, nem ao menos, um sistema de informações próprio, obrigando a utilizar apenas o banco de dados da Polícia Civil, que, por conseguinte, foi criado para atender outros fins, relativos a Polícia Judiciária, que por natureza constitucional possui como missão a investigação de delitos ocorridos, com intuito de elucidá-los, ou seja, atuação basicamente reativa, conforme preceitua o

Artigo 144 § 4º da Carta Magna brasileira “às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (BRASIL, 2007).

Uma instituição que lida diretamente com a preservação da vida, da garantia da liberdade e com a maior capilaridade no Estado como a Polícia Militar do Pará, não pode se abster de possuir um sistema de informações próprio que produza conhecimentos relevantes para a preservação de crimes. De acordo com Foucault (1997 apud SOUZA, *et al.* 2009) “nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder”.

Mudar esse quadro passa fundamentalmente pelo entendimento que o modo de atuação da Polícia Militar é bem diferente das demais instituições que fazem parte do SIEDS. Por trabalhar diretamente com o cidadão e no controle ostensivo da criminalidade, precisa dispor de todos os mecanismos e ferramentas de informações que possibilitem análises criminais confiáveis, para tal, a Inteligência de Segurança Pública (ISP), o Policiamento Comunitário e o Policiamento Orientado para o Problema (POP) surgem como mola principal desta engrenagem. Suas importâncias estão na competência de pôr em prática diversos métodos, criados com doutrina própria, que transformam um dado, uma informação em conhecimento que seja realmente utilizado.

1.2 Hipótese Básica da Dissertação

A não utilização de informações integradas de estatísticas criminais do SIEDS, por parte dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo diário, contribui para a pouca efetividade da Polícia Militar no controle da criminalidade, além de possibilitar que planejamentos operacionais sejam realizados baseados no empirismo da experiência policial e com pouquíssimo recurso científico de análise criminal.

1.3 Situação Problema

Em uma sociedade cada vez mais conectada e informatizada, como a gestão das informações de estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) está contribuindo no planejamento das ações ostensivas da Polícia Militar do Pará, para que consiga desenvolver efetivamente suas atividades constitucionais?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Mostrar como são empregadas as informações de estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), no policiamento ostensivo da Polícia Militar nos bairros do Guamá e da Terra Firme (Montese).

1.4.2 Objetivos Específicos

- i. Identificar como as estatísticas criminais influenciam nos novos modelos de policiamento;
- ii. Apresentar as fontes de informações de estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) sua efetividade e a integração dos bancos de dados disponíveis;
- iii. Estudar como as estatísticas criminais auxiliam o planejamento operacional da Polícia Militar do Pará nos bairros Guamá e Terra Firme (Montese).

1.5 Limitações do Trabalho

A limitação desta dissertação concentra-se na falta de um banco de dados integrado dentro do SIEDS, principalmente pela dificuldade em conseguir informações similares de determinados crimes entre a Polícia Civil, Centro Integrado de Operações (CIOP) e a Polícia Militar, o que dificultou a análise da efetividade destas informações no planejamento do policiamento ostensivo. A Polícia Militar foi a Instituição que mais apresentou problemas em seu banco de dados, nem tanto pela negativa de acesso, mas sim, porque houve necessidade de formatar as variáveis de crimes registrados pelos policiais militares no mesmo padrão das demais instituições.

1.6 Estrutura do Trabalho

Esta dissertação é estruturada em 6 capítulos, assim divididos:

O Capítulo 1 trata-se da introdução do estudo, produzindo as primeiras considerações sobre o objeto de pesquisa, sua relevância, sua problematização, os objetivos, a hipótese, a justificativa e a organização do trabalho.

O Capítulo 2 apresenta considerações acerca dos tipos de policiamento executados e seus novos paradigmas, mostrando a importância que a análise criminal exerce em cada modelo; e concomitantemente, o papel das estatísticas criminais como fonte mais importante das análises.

O Capítulo 3 aborda como as estatísticas criminais são produzidas dentro do SIEDS, quais os bancos de dados existentes, sua integração, quais são utilizados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) para divulgar os índices criminais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

O Capítulo 4, refere-se a metodologia para execução deste trabalho e seu planejamento, como foi executada a pesquisa de campo e as técnicas estatísticas análises descritivas multivariadas empregadas para análise dos dados e apresentação dos resultados obtidos na referida pesquisa.

O Capítulo 5 trata sobre as discussões e resultados encontrados na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo realizados com o efetivo de policiais militares que trabalham no policiamento ostensivo nos bairros do Guamá e Terra Firme

O Capítulo 6 apresenta sugestões a partir de considerações finais e recomendações para trabalhos futuros dentro desta temática.

Capítulo 2

NOVOS PARADIGMAS DO POLICIAMENTO MODERNO

2.1 O Papel da Polícia

Há uma discussão em vigência no campo da segurança pública a despeito das funções e responsabilidades das Polícias Militares, muito em decorrência de novas demandas sociais. Restringir a missão institucional ao mero formalismo da lei, considerando-a apenas como uma força com função principal de aplicar e fiscalizar o devido cumprimento as leis criminais, baseado no movimento da “lei e Ordem” (DAHRENDORF, 1999), que corresponde a uma política criminal que tem como um de seus princípios o de separar a sociedade em dois universos: os dos homens de bem que cumprem as leis e, portanto, os merecedores da proteção legal; e, os dos delinquentes onde se projetam toda as rudezas das leis e normas vigentes.

Alguns pesquisadores realçam apenas o caráter repressivo da polícia, enfatizadas por meio de atribuições como: manter a ordem, garantir a segurança, garantir a aplicação de todas as leis e autorização para o emprego da força. Sendo, portanto, fruto da complexidade do trabalho policial; porém, em contrapartida, Rolim (2006, p. 28) afirma que há uma nova corrente atribuindo um caráter mais preventivo e humanístico para a atividade policial que perpassa pela “proteção as pessoas” ou “assegurar a todos o exercício de seus direitos elementares”

“A abordagem atual – que enfatiza a aplicação da lei de forma profissional – não só tem falhado no controle, na prevenção do crime e em fazer do policiamento uma profissão, mas também tem promovido uma separação pouco saudável entre a polícia e as comunidades servidas por ela” (MOORE, 2003, p. 115).

Entender a abrangência das missões atinentes a atividade policial militar é de fundamental importância, principalmente quando se está projetando políticas públicas de segurança, visando sair do amadorismo, do empirismo e de questões midiáticas que frequentemente estão presentes no universo policial, principalmente por basear planejamentos e ações quase que exclusivamente na experiência de rua dos policiais, ratificando o predomínio do pensamento tático-operacional em detrimento ao estratégico e científico, valorizando dessa forma, ações que deem ênfase a respostas operacionais e repressivas as demandas da comunidade. Segundo Costa e Balestreri (2010) essas políticas “arcaicas” são

baseadas no tripé de investimentos em viaturas, armamentos e equipamentos e conduzem a um erro histórico na forma de gerir a segurança pública no Brasil.

“As políticas intuitivas constituem-se em um verdadeiro desastre histórico para segurança do povo brasileiro. Gestão de Segurança Pública, um tema complexo, tem que ser feita com conhecimento... Nesse tempo frotas e frotas de viaturas desfilarão pelas ruas das grandes cidades, sirenes ligadas, giroflex acesos, como se, enfim, por isso, alguma coisa fosse mudar. Mas por detrás da cena para aplacar o clamor público, nenhum sistema, nenhuma proposta. Apenas mais do mesmo para obter os mesmos resultados.” (COSTA, BALESTRERI, 2010, p. 63).

Essas estratégias não estão se mostrando eficiente ao longo dos anos, visto que o ritmo de decréscimo dos números criminais não se mostra diretamente proporcional ao dos recursos investidos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012). Surge assim uma nova corrente que entende que faltam mais investimentos em informação e na formação do profissional de segurança com uma visão mais holística da sua atividade, que a atuação das polícias seja mais preventiva que repressiva, que faça uso de informações, de inteligente de novas tecnologias como ferramentas e estratégias de policiamento, no seu dia a dia, em fim, uma polícia de proximidade e que esteja inserida e participe efetivamente do contexto social onde atua.

O modelo tradicional de fazer policiamento pressupõe a “aplicação profissional da lei” (MOORE, 2003), assim analisando os ditames da Lei Constitucional, constata-se que em seu Art. 144, § 5º, da Constituição Federal, preceitua que, “Às policias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (BRASIL, 2007), ficando claro que a polícia Militar possui a função de polícia administrativa, sendo responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, e pela manutenção da ordem pública nos diversos Estados da Federação. Ora, no entanto, estas afirmativas conduzem a um leque muito grande de atribuições pela generalidade do conceito de polícia preventiva e polícia de preservação da ordem pública.

Analisando então a abrangência da função policial, verifica-se que se trata de um fenômeno de múltiplas funções e atribuições que vão além do texto normativo, visto que primeiro, na sociedade contemporânea o significado de “manter a ordem” não representa o mesmo que em outros tempos, como em regimes totalitários ou ditatórios aonde a população ia às ruas lutar pelas suas ideologias e a polícia militar como “braço forte do Estado” (BAYLEY, 2001), intervia para manter a ordem. Segundo, prevenir o crime, certamente é uma função primordial das polícias, mas será possível conceber políticas públicas de segurança que visem efetivamente a prevenção de delitos sem o concurso de outras instituições e de

várias agências governamentais? Quando se tem a presença apenas do aparato policial na prevenção do crime, deixa-se de se ter uma política pública para se ter apenas uma estratégia de policiamento, com resultados que quase sempre provocam a migração do crime de uma área mais policiada para outra região com pouca presença policial.

A situação se torna ainda mais complexa e abrangente quando surgem situações que conduzem a atuação policial para questões não relacionadas à criminalidade, como participar de vistorias de locais públicos, monitorar manifestações públicas, condução de enfermos para hospitais e postos de saúde, participar de reuniões comunitárias, escoltar presos do sistema penitenciário para tribunais ou hospitais, guarda de prédios públicos, ficar à disposição de autoridades de órgãos federais, estaduais e municipais. Toda essa gama de atribuições faz refletir o quanto, realmente, o policial passa “combatendo o crime” durante seu turno de serviço, ou se na maior parte do tempo acaba exercendo atividades não diretamente relacionadas com a criminalidade.

Pesquisas sobre a função policial até há alguns anos sustentaram a ideia de que a maior parte do trabalho realmente exercido pelos policiais não guardava qualquer relação com o combate ao crime, com base no fato de que apenas uma pequena parte das atividades policiais estariam, de fato, envolvidas com ocorrências criminosas. (ROLIM, 2006, p. 26 e 27)

Rolim (2006) assim como outros pesquisadores, como Moore (2003), Miranda (2004) e Azevedo *et al.* (2011), defendem a ideia de um novo paradigma para o policiamento moderno, baseado na premissa de que a polícia não deveria ter como missão exclusiva o combate a criminalidade por meio do monopólio do uso da força pelo Estado, contudo acrescentar um papel mais social e humanístico, voltado para a proteção das pessoas e para a garantia dos direitos e garantias elementares de cada cidadão.

Mudar esta cultura interna repressiva criada e arraigada pela própria visão que a maioria dos policiais tem a respeito do seu trabalho, onde o bom policial é o “operacional”, ou seja, aquele destemido, que mais prende delinquentes, é o grande desafio desta nova maneira de se trabalhar o policiamento ostensivo.

Essa nova corrente de pesquisadores defende uma aproximação do aparato policial com a comunidade, sem abandonar o caráter repressivo da força, mas buscando alternativas mais eficientes de executar o policiamento, principalmente pela utilização da análise criminal e das estatísticas criminais para compreender o fenômeno da criminalidade e com isso incluir outros objetivos para a atividade policial além do combate e a prevenção do crime, mais também na redução do medo e na melhoria da sensação de segurança.

2.2 Nova Estratégia Organizacional

Existem muitos estudos sobre estratégias de policiamento, um dos mais completos foram as pesquisas de Moore (2003), onde descreve a mudança no papel da polícia fazendo uma análise comparativa entre dois modelos de policiamento: um modelo clássico e reativo de se fazer policiamento, chamado de “Policiamento Profissional” e outro modelo mais preventivo e de aproximação que corresponde ao Policiamento para Solução de Problemas e o Policiamento Comunitário.

2.2.1 – As Estatísticas Criminais e o Policiamento Profissional

O Policiamento Profissional baseia-se na premissa da “lei e ordem”, no qual o rigor positivista da atuação policial é enfatizado para o controle da criminalidade utilizando para tal, de indicadores com conotação repressiva como: quantidade de abordagens, operações, detenções e prisões realizadas pelas patrulhas; para medir se a atuação policial está sendo condizente para reduzir a violência, além do que, para que esta estratégia organizacional seja eficiente, bastaria utilizar o poder de persuasão do Estado evidenciado por meio da punição dos delinquentes, como forma de manter os índices criminais a níveis aceitáveis, assim, cristaliza-se o pensamento de que o Direito Penal pode resolver todos os males que afligem a sociedade e quando não puder, exige-se a definição de novos delitos e o agravamento das penas, tendo como destinatários os homens maus (criminosos).

“Além disso, houve a convicção por parte dos reformadores de que o amplo leque de responsabilidades atribuídas à polícia era um obstáculo à eficiência operacional e ao controle de irregularidades. (...) O que se propunha era a demarcação penal da função policial. Esse Processo transformou os departamentos de polícia em agências de aplicação da lei (*Law enforcement*), cujo objetivo central era o controle do crime. Estava consolidado, então, o modelo profissional de policiamento” (HIPÓLITO; TASCA, 2012 p. 154).

O Policiamento Profissional utiliza basicamente de três táticas organizacionais, na maioria das estruturas policiais existentes no mundo, segundo pesquisas de Moore (2003): o patrulhamento (aleatório ou direcionado), a resposta rápida para chamadas de serviços e a investigação retrospectiva de crimes. No Brasil a Polícia Militar é responsável pelas duas primeiras enquanto a Polícia Civil pela terceira, porém todas têm em comum o fato de serem ações reativas, que dependem de acionamento ou atuam após o ato delituoso.

A ação policial é proativa quando é iniciada e direcionada pela própria polícia ou pelos próprios policiais, independentemente da demanda dos cidadãos e até mesmo em conflito com a demanda dos cidadãos. A ação policial é reativa quando é iniciada e direcionada por uma solicitação dos cidadãos (BAYLEY, 2001 p. 36).

O Patrulhamento Aleatório ou Direcionado é efetuado baseado em ocorrências já registradas anteriormente, advindos de dados estatísticos, que apontam os índices criminais como: locais, horários e dias da semana de maior incidência criminosa, para com isso, alocar viaturas em patrulhas. As estatísticas criminais surgem como peça fundamental para esta estratégia, por ser o centro das informações policiais, apesar de que o conhecimento empírico, adquirido pela experiência dos policiais também é utilizado.

A resposta rápida caracteriza-se pelo atendimento de demandas do cidadão no menor tempo possível visando a prisão de criminosos, esta tática operacional, capitaneia basicamente a maioria dos investimentos no setor da segurança pública, pois é formado pelo tripé tecnológico da viatura de patrulha, a central de comunicação e os rádios de intercomunicação (ROLIM, 2006), cujos custos são altíssimos e acabaram ratificando a mudança na atividade de policiamento e a redefinição do papel da polícia que deixava de vez de priorizar o policiamento à pé.

O Policiamento Profissional consolidou ao longo dos anos um modelo de policiamento cuja principal característica era de responder as ocorrências criminais, atuar após o fato consumado, onde o importante é chegar o quanto antes ao local do crime, o que provou um constante afastamento entre os policiais e a comunidade.

Um dos exemplos mais famosos desta estratégia de policiamento foi o programa “Tolerância Zero” implantado em Nova York, nos anos 1990, que consistia em conduzir para o encarceramento qualquer pessoa envolvida em pequenos transgressões ou comportamentos anti-sociais, ensejando assim o caráter repressivo desta política, que conforme estudos avaliativos (ROLIM, 2006) não surtiram o resultado desejado, apenas intensificaram a imagem de uma polícia dura e preocupada apenas com o cumprimento das leis, transformando-se em força essencialmente opressiva, em detrimento a aproximação com as comunidades.

Essa derivação, que tem recebido merecidas críticas em todo o mundo, não demonstrou qualquer resultado sólido na diminuição do crime e, uma vez aplicada, tende a desfazer os laços de confiança entre as comunidades e a polícia, além de estimular condutas arbitrárias e violentas (ROLIM, 2006, p. 72 e 73).

Corroborando com esse pensamento surge Reiner (2004) que ao analisar o papel da polícia junto a sociedade constatou que na maioria das vezes ela não atua combatendo o crime, como a cultura

popular e a própria mídia fazem questão de ressaltar; pelo contrário, o policial passa a maior parte do seu tempo em tarefas de assistência a população e o Programa de Tolerância Zero serviu para rotular a polícia como força repressiva.

O que desencadeou o debate foi a descoberta empírica de que a Polícia (contrariamente à mitologia popular) não funciona, na maior parte das vezes, como combatente do crime ou como aplicadora da lei, mas, ao invés, como provedora de uma série de serviços que supere todas as descrições (REINER, 2004, p.163).

Com relação as informações, o modelo profissional, utiliza-se de estatísticas criminais para medir seu desempenho e eficiência, mensurados por meio de indicadores repressivos como: número de prisões, quantidade de abordagens, quantidade de operações etc.

2.2.2 As Estatísticas Criminais no Policiamento para Solução de Problemas e no Policiamento Comunitário

O Policiamento Comunitário (*Communitypolicing*) e o Policiamento Orientado para Resolução de Problemas (*Problem-orientedpolicing*) surgiram ao longo da década de 70 como uma segunda via ao policiamento profissional, em virtude de novos estudos a respeito do controle e da prevenção da criminalidade, dando um viés mais proativo ao policiamento ostensivo, bem como, apresentaram uma estratégia organizacional bem sistematizada o que possibilitou redefinir a missão da polícia, suas práticas e estruturas organizacionais.

Uma estratégia organizacional é uma declaração de objetivos a serem alcançados por uma determinada organização, juntamente com planos detalhados para se chegar a eles. É também uma descrição dos principais valores que animam os esforços da organização e regulam as relações administrativas internas e as relações externas com os clientes (MOORE, 2003, p. 120).

O Policiamento Orientado para a Resolução de Problemas surgiu por meio de estudos de Herman Goldstein (BITTNER, 2003) publicados em artigos onde citou que as policiais não deveriam ficar focadas apenas no aspecto burocrático de sua atuação administrativa e sim, seus esforços deveriam se ater aos problemas com os quais deva lidar, buscando identificar padrões de incidentes criminais para agir preventivamente visando evitar novos acontecimentos delituosos, conforme própria definição de Goldstein (2003).

O policiamento orientado para o problema (*problem-oriented policing*) é uma estratégia moderna que direciona as atividades policiais para identificar os problemas da comunidade que tenham relação com a polícia, analisar suas causas, desenvolver respostas direcionadas a sua resolução, por meio da intervenção sobre suas causas, e avaliar os resultados alcançados (HIPÓLITO; TASCA, 2012 p. 171 e 172).

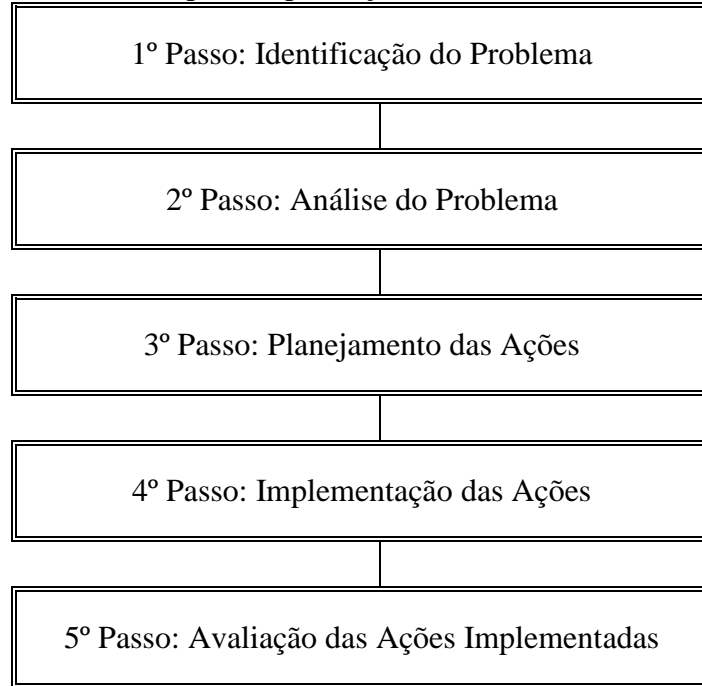
Goldstein (2003) visualizou maior importância as informações criminais que poderiam trazer padrões de delitos até então imperceptíveis ao policiamento tradicional e com isso aperfeiçoar suas ações, dirigindo o foco das análises e da atenção da polícia não só para os acontecimentos criminosos em si, como roubos, furtos, homicídios, mas também para fatos que estão por trás desses incidentes.

A análise criminal passa ter um caráter preponderante para esta estratégia e as estatísticas criminais ocupam papel central dentro deste processo, por dispor de dados quantitativos e qualitativos fundamentais a uma boa análise de busca de padrões de comportamentos criminais, ou seja, “a informação passa a ganhar importância cada vez maior na construção de um novo modelo de policiamento, no qual a utilização das estatísticas tem um grande peso.” (AZEVEDO *et al.* 2011).

O Policiamento Comunitário vem em seguida como uma complementação a resolução de problemas por incorporar algumas de suas ideias e manter o foco na atuação preventiva da polícia, apenas incorporando a participação da sociedade nas suas esferas de decisão, propiciando maior legitimidade as suas ações e descentralizando unidades de comando, conforme própria definição de Trojanowicz e Bucqueroux (1994).

É uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporcionam uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver os problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e moraes, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (HIPÓLITO; TASCA, 2012 p. 167).

O policiamento comunitário, segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994), necessita de cinco passos para sua implantação (Fig. 2.1): conforme Figura 2.1.

Figura 2.1 – Passos para Implantação do Policiamento Comunitário.

Assim, o suporte de informações adequadas a subsidiar os passos iniciais da Identificação e da Análise dos Problemas é essencial para a implantação de políticas de segurança baseadas na integração com a comunidade e as estatísticas criminais estão novamente no centro deste processo.

Um exemplo do emprego prático destas filosofias, de Policiamento Comunitário e da Resolução de Problemas, ocorreu durante a década de 1990 em Nova York, quando o então prefeito Rudolph Giuliani utilizou da teoria das “Janelas Quebradas” (*Broken Windows*), cuja essência fora retirada dos artigos publicados por Kelling e Wilson (1982), que propunham a participação mais ativa da comunidade como forma de prevenir a decadência urbana; e, conseqüentemente o aumento de índices criminais. Os autores usam uma metáfora para demonstrar sua teoria, na qual se a janela de uma residência tem uma vidraça quebrada é preciso repará-la rapidamente, pois, se isso não ocorrer, a tendência de que outros vidros sejam quebrados, em decorrência de que o abandono produziria a “mensagem” de desordem estimulando os infratores a se apoderarem de espaços deteriorados (ROLIM, 2006).

A teoria das “Janelas Quebradas” ofereceu uma valiosa contribuição de uma aplicação prática de como a polícia pode se utilizar de estratégias proativas de policiamento, visto que, se o cidadão passa a ter exacerbado o sentimento de pertencimento, no tocante, não só aos espaços públicos, mas também a sua própria polícia.

2.3 A Importância das Estatísticas Criminais para o Planejamento da Atividade Operacional da Polícia Militar

No atual mundo competitivo que se caracteriza a sociedade moderna, a informação passou a ser um fator de extrema importância para qualquer área que utilize a gestão organizacional, por ser um recurso indispensável tanto para os atores internos quanto para os externos das organizações. Quanto mais sólida, confiável e oportuna for o fluxo das informações dentro dos órgãos, mais coesa e efetiva será sua atuação junto a seus clientes.

Dentro do Sistema de Segurança Pública não podia ser diferente, a utilização da informação, principalmente as informações estatísticas, possui um caráter estratégico por permitir dar uma destinação e um significado a infinidade de dados que chegam aos diversos órgãos que compõem o sistema. Para alcançar esta compreensão, é preciso que ocorra o reconhecimento da importância da integração e de um correto fluxo de informações que garanta o máximo de aproveitamento eficiente do policiamento ostensivo, e com isso, transformar o dado em conhecimento que sirva para balizar ações e planejamentos futuros e não se ater a mera produção e divulgação de estatísticas.

2.3.1 - Produção de Conhecimento

O processo de produção de conhecimento na área da segurança pública passa por diversas etapas até se chegar aos tomadores de decisões ou ao policial responsável pelo policiamento diário. A primeira informação criminal que entra no sistema de segurança pública é o registro do delito feito por meio de um boletim de ocorrência, no entanto, é importante compreender que quando uma pessoa registra uma ocorrência em uma delegacia ou em outra unidade policial, ele está trazendo um dado, que se faz necessário ser trabalhado, a partir de estudos e comparações analíticas para que se torne efetivamente útil aos operadores da segurança pública. Assim se faz com que no ramo da inteligência policial, se convencionou chamar de ciclo da produção do conhecimento que passa pela sua forma primária que é o dado, seguindo depois de estudos relacionados basicamente a reunião de dados, chega-se a informação para após passar por um processo de análise e se transformar em conhecimento, ou o que os outros autores chamam de inteligência. (CASTRO; FILHO, 2011)

Dado é considerado uma referência não elaborada e ainda não interpretada, que em sua forma bruta não conduz ao entendimento, de um fato dentro de um contexto (AZEVEDO *et al.*, 2011), ou de acordo com a Doutrina de Inteligência de segurança Pública – DNISP, produzida pela Secretaria

Nacional de Segurança Pública o dado é toda e qualquer representação de um fato, situação, comunicação, notícia etc, ainda não submetida, pelo profissional de inteligência, à metodologia de Produção de Conhecimento (CASTRO; FILHO, 2011).

Já a informação é o dado trabalhado que proporciona a maturação do conhecimento por meio de processos de análises servindo de suporte para o diagnóstico de ambientes criminosos e conseqüentemente possibilitam a formulação de políticas públicas de segurança (CASTRO; FILHO, 2011).

Resumindo, o registro de uma ocorrência é um dado que será processado por um usuário do sistema para que se transforme em informação, a qual processada e adicionada a outros dados socioeconômicos, políticos ou de outras instituições públicas possam assessorar os tomadores de decisão do sistema de segurança pública a utilizar com mais eficiência e eficácia os seus recursos disponíveis. Surgem então a Análise Criminal e, por conseguinte, as Estatísticas Criminais como ferramentas essenciais a produção de conhecimentos para a segurança pública, por possuírem mecanismos metodológicos que possibilitam um tratamento mais qualificado aos dados que chegam ao sistema.

A Análise Criminal passa a funcionar como pressuposto para diferenciar o policiamento moderno do tradicional, na medida em que possui como maior objetivo a produção de conhecimentos destinados não só aos gestores, mas também aos policiais que estão na ponta do sistema, atuando diuturnamente em patrulhas ou a pé nas ruas, dando suporte e qualificando o trabalho policial, visando conseqüentemente, fazer com que abandonem culturas institucionalizadas como a vontade de seus dirigentes baseada apenas no “achismo” e do empirismo forjado na experiência do policial, conforme menciona a definição de Gottlieb (apud AZEVEDO et al., 2011).

Análise Criminal caracteriza-se por um conjunto de processos sistemáticos direcionados ao provimento de informação oportuna e pertinente sobre padrões de crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacionais e administrativas no planejamento e na distribuição de recursos para a prevenção e supressão das atividades criminais (GOTTLIEB, 2009 apud AZEVEDO, *et al.*, 2011, p.14).

Se a Análise Criminal é um “divisor de águas” entre os modelos de policiamento, cabe destacar a importância das estatísticas criminais dentro deste processo, porque a realização dessa envolve, principalmente, o uso de métodos estatísticos, por intermédio dos quais, as informações são trabalhadas visando buscar entender as causas que determinam o fenômeno da criminalidade e da violência, tentando identificar, no produto final, quais as influências que cabem a cada uma dessas causas.

Vale pontuar que as estatísticas possibilitam uma gama de informações que podem ser trabalhadas pelos analistas durante o processo da produção de conhecimento, não só de dados criminais, mas pode utilizar também informações da área econômica, saúde, educação, dentre outros.

2.3.2 Emprego das Estatísticas Criminais no Policiamento Ostensivo

A criação da palavra estatística surgiu da expressão em latim – *statisticumcollegium* – que quer dizer: palestra sobre os assuntos do Estado, entretanto, coube ao pesquisador alemão Gottfried Aschenwall (MIRANDA, 2004), atribuir ao termo estatística o sentido de ciência do Estado, tendo por base a coleta e classificação de dados, permitindo aos governantes adquirir credibilidade e legitimidade de suas ações, não apenas por justificativas feitas por meio de descrições textuais, mas embasados em números, cifras e indicadores.

As estatísticas trazem um ferramental importante à administração pública, ao ser entendida como ciência do Estado, possibilitando ao gestor empregar com mais eficiência os princípios constitucionais, principalmente o da eficiência que busca em sua essência a qualidade dos serviços públicos prestados, aliado a racionalidade dos gastos, assim o cientificismo que as estatísticas proporcionam à gestão podem reduzir equívocos e a possibilidade de gerir com mais eficiência a máquina pública, conforme assevera UFPA (2010).

Qualquer abordagem a respeito do controle social passa necessariamente pela discussão sobre a importância da informação, do direito de possuí-la, e das estratégias e motivações de coleta das mesmas. Assim, a Estatística é atualmente uma das ciências mais utilizada nas diversas áreas do conhecimento humano, por inúmeras instituições (públicas e privadas) que têm observado a importância da buscar por informações a partir de dados coletados que necessitam de tratamento estatístico adequado e contínuo (UFPA, 2010, p.2).

No caso da segurança pública, as estatísticas criminais servem de base não só para as análises criminais, mais também para implantação de políticas públicas; e, tradicionalmente a porta de entrada das informações criminais são as notificações de crimes feitas pela população junto aos órgãos policiais, daí surge a importância desta ferramenta para o sistema de segurança pública.

Tal importância já fora mencionada em 1931, por meio do relatório elaborado pela *Wickersham Commission* que fez uma avaliação da administração policial na cidade de Milwaukee (EUA) que avaliou entre outras coisas, a influência política de prefeitos e da comunidade nos órgãos policiais e acerca do crime e da aplicação da lei, chegando a conclusão de recomendar o emprego das

estatísticas criminais para o planejamento operacional das polícias (GOLDSTEIN, 2003), em razão da falta de profissionalismo entre os policiais da época e da estrutura arcaica do departamento de polícia não ter acompanhado as mudanças significativas que a sociedade local logrou ao longo dos anos, acabando por isolar a organização da sociedade local.

Giddens (1991) também mostra a relevância da utilização das estatísticas quando afirma em seu estudo sobre a transição do mundo tradicional ao mundo moderno, onde afirma que as estatísticas oficiais oferecem a base mais segura para se analisar à vida social.

As estatísticas oficiais publicadas pelos governos com respeito, por exemplo, à população, casamento e divórcio, crime e delinquência etc., parecem fornecer um meio de estudar a vida social com precisão. Para os pioneiros da sociologia naturalista, como para Durkheim, estas estatísticas representam dados sólidos, em cujos termos os aspectos relevantes das sociedades modernas podem ser analisados com mais precisão do que onde não se dispõe de tais números.[...] O controle administrativo coordenado obtido pelos governos modernos é inseparável da monitoração rotineira dos “dados oficiais” na qual se empenham todos os Estados contemporâneos (GIDDENS, 1991 p. 52).

Neste contexto a modernização da atuação policial, passa prioritariamente pela efetiva utilização das informações que entram no sistema, por meio do registro de ocorrências e pelo tratamento delas por meio das estatísticas criminais para que se alcance a profissionalização das atuações policiais, principalmente da Polícia Militar responsável constitucionalmente pelo policiamento ostensivo (BRASIL, 2007) e que, portanto, precisa conhecer onde, quando e qual tipo de delito está ocorrendo para que possa ser mais efetiva. Tanto que na maioria dos modelos aqui abordados de policiamento – o profissional, comunitário e de resolução de problema – utilizam as estatísticas criminais como forma de medir ou implementar ações policiais, uns com objetivos eminentemente reativos, outros com caráter mais proativos, mas nenhuma política de segurança pode prescindir de utilizar as informações estatísticas para produzir ações eficazes, se não, continuariam planejando pelo empirismo e com resultados provenientes do acaso e da fortuna.

Uma política séria de segurança pública só pode ter origem em um diagnóstico competente daquilo que há de específico na evolução da criminalidade e da violência em uma determinada região, em um determinado momento. Esse diagnóstico, por sua vez, pressupõe o acesso a dados fundamentais sobre a incidência dos eventos criminais e sobre suas circunstâncias (perfil das vítimas, local, data e hora das ocorrências, *modus operandi* dos infratores etc.). Sem esses dados, não há sequer a chance de uma política de segurança, e o que teremos será uma sequência de iniciativas desconcentradas e de improvisações, meras decorrências dos diferentes tipos de pressão percebidas pelos gestores, por um lado, e dos resultados de seus interesses políticos e concepções ideológicas, por outro (ROLIM, 2006, p. 257).

Importante destacar também que não basta haver planejamento baseado em estatísticas se estas informações não chegarem ao policial responsável pelo policiamento ostensivo diário dentro de um setor de atuação. A este policial é fundamental que conheça o diagnóstico rotineiro de sua área, se não, corre-se o risco do planejamento, idealizado pela cúpula da instituição não chegar a quem realmente executa; e, conseqüentemente, não haver mudanças de paradigma da ação policial até então, baseada na experiência e no empirismo da suposição de cada policial.

Outro risco a ser considerado é a utilização da estatística criminal meramente como forma de controle institucional, por meio da criação de indicadores, metas e programas onde cada unidade responsável pelo policiamento ostensivo de um determinado setor tem que alcançar, sob pena, muitas das vezes, de se trocar as chefias, deixando de lado o verdadeiro sentido que é buscar as causas reais da incidência dos fatos criminosos, até porque, deve-se lembrar que as próprias instituições produzem os registros de ocorrências, assim, aumentos ou diminuições nos números de Boletins de Ocorrência (BO) podem resultar em falsa impressão acerca dos índices criminais.

A inexatidão da informação estatística também tem que ser levada em consideração, visto que, como o sistema de informações de segurança pública do Pará utiliza apenas dados internos, isto é, que chegam ao sistema, poder-se-ia entender que, primeiro, o nível das estatísticas criminais dependem, como diria Monet (2001), das “decisões tomadas pelas vítimas”, assim crescimento ou decréscimo dos índices teriam que ser avaliados, se por ventura, os cidadãos estão mais confiantes na polícia e por isso registram mais as ocorrências porque sabem que vão obter respostas as suas demandas, ou simplesmente, estão registrando menos pela falta de confiança e credibilidade na polícia, o que gera aumento na quantidade de crimes não relatados à polícia, as chamadas subnotificações.

Uma pesquisa de vitimização na Inglaterra e no País de Gales demonstrou que no ano fiscal de 2002/2003 ocorreram, aproximadamente, 12,3 milhões de crimes contra residentes adultos [...] No mesmo período, as polícias britânicas registraram um total de 5 milhões de ocorrências criminais. Isso implica reconhecer que mais da metade dos crimes realmente praticados jamais chegaram ao conhecimento da polícia (ROLIM, 2006, p. 40).

Segundo, a possibilidade de manipulação intencional das informações, com objetivo de obter os resultados que interessam aos governos, ou para obtenção de mais verbas para segurança, ou para mudar o chefe de polícia etc, sendo chamada tradicionalmente de “maquiagem”, uma alusão aos maquiadores que modificam a aparência das pessoas, o que pode contrariar a real utilidade das Estatísticas para se tornar um produto de escolhas tomadas por analistas, não expressando a realidade mas recortes desta realidade.

Um trabalho de Sherman para a *Police Foundation* nos EUA demonstrou que as estatísticas policiais não eram confiáveis sequer para o número de prisões efetuadas. Em alguns momentos, os registros eram inflados com “prisões” que envolviam apenas a permanência de suspeitos por algumas horas nas delegacias para coleta de depoimentos (ROLIM, 2006, p. 61 e 62).

O maior desafio então para o correto aproveitamento das estatísticas criminais no policiamento ostensivo é o comprometimento com a política da gestão da informação e de resultados que venha propiciar e desenvolver uma metodologia administrativa que balize ao mesmo tempo o planejamento estratégico e o operacional por meio de um eficiente controle de resultados.

Capítulo 3

GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

A Constituição Federal de 1988 determinou que a Segurança Pública ficasse sob a responsabilidade dos Estados da Federação, onde em seu Artigo 144 definiu que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2007), o que acabou gerando políticas de segurança dispersas em cada ente federado. Nos últimos 17 anos, o Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará tem posto em prática um conjunto de ações inovadoras para modernizar e aperfeiçoar as Instituições que a compõem. Com essas ações, procuram responder à demanda crescente da população por um desempenho mais eficaz no combate à criminalidade, assim surgiu a filosofia da integração entre as forças de segurança pública, conceito até então novo e revolucionário para época.

3.1 Evolução do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará

O Sistema de Segurança Pública do Pará é composto pelas Instituições que lidam diretamente com a seara da segurança pública que visam a garantia que o Estado proporciona a nação contra a violação de quaisquer espécies que ameacem a Ordem Pública, por isso são instituições que por natureza são detentoras do “monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (BAYLEY, 2001) definição utilizada por Max Webber para caracterizar a própria existência do Estado Moderno, mostrando com isso, a importância da Segurança Pública enquanto política de Estado.

Sistema de Segurança pública: Conjunto de atribuições destinadas a assegurar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, exercidas harmonicamente pelo Estado, por meio dos órgãos definidos no Art. 144 da Constituição Federal, e pela Sociedade (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 69).

Os órgãos que exercem a Segurança Pública, definidos pelo Art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 2007), e que possuem atuação circunscrita a esfera dos Estados são: Polícia Civil, a Polícia Militar e Corpos de Bombeiro Militar, todos ligados a Secretaria Estadual de Segurança Pública (PARÁ, 1989).

A segurança pública no Estado do Pará começou a ter um formato gerencial mais moderno, a partir de 1959, com a extinção do Departamento Estadual de Segurança Pública e a criação da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SEGUP). Assim o Sistema de Segurança Pública do Pará passou por diversas adaptações ao longo dos anos.

A mudança mais significativa veio a partir de 1996 com implantação do processo da gestão integrada dentro da área da segurança pública, visto que até então, cada instituição, principalmente a Polícia Militar e a Polícia Civil, funcionavam independentemente uma da outra. Seus mandatários, com status de secretários de Estado, se reportavam diretamente ao governador do Estado e planejavam seus órgãos independentemente da ação do outro, assim cada corporação possuía uma central de comunicações, uma academia própria e unidades operacionais separadas. Então por meio da Lei N° 5.944, de 02/02/96 ocorreu a criação do Sistema Integrado de Segurança Pública do Estado com a escusa de reduzir investimentos em atividades que poderiam ser feitas pelas duas corporações em um mesmo espaço físico (PARÁ, 1996). (Fig. 3.1)

A ideia central, no entanto, era de gradativamente integrar ações que até então eram realizadas pelas Polícias Militar e Civil sem uma coordenação única e ao mesmo tempo estreitar relacionamentos de instituições centenárias e com culturas bem distintas. Também a partir da Lei N° 5.944 foram incorporadas a pasta da segurança pública outras instituições que tinham atribuições que se assemelhavam ou possuíam interdependência em ações como a Superintendência do Sistema Penal, o Departamento de Trânsito e o Centro de Perícias “Renato Chaves”. Assim quando surgiu a necessidade de se modernizar a área de comunicação (atendimento/despacho) das instituições, vislumbrou-se a oportunidade de criar uma estrutura única para as forças que compõem o sistema, com isso nasceu o Centro Integrado de Operações (CIOP). Seguindo o processo de inovação, a mesma Lei N° 5.944 criou os órgãos de cooperação intrainstitucional que ficaram responsáveis pela interlocução com as instituições de dentro do sistema e pela integração nas áreas de comunicação, ensino e inteligência.

Para fins desta Lei, Órgãos de Cooperação Intra-institucional são aqueles que, integrando a administração pública estadual, interagirão, de forma cooperativa, com o Órgão Central, os Órgãos de Deliberação Colegiada, os Órgãos Supervisionados e os Órgãos de Cooperação Interinstitucional, para o cumprimento da missão institucional, conforme definido na regulamentação a que se refere o Art. 13 desta Lei. Art. 8° da Lei N° 5.944 (PARÁ, 1996, p. 1).

Continuando o processo de integração surge o Centro Estratégico Integrado (CEI), como órgão de cooperação intrainstitucional e responsável pelas ações integradoras nas áreas de informação, informática e comunicações, cabendo-lhe ainda, segundo a norma da lei, o planejamento estratégico da

segurança pública (PARÁ, 1996), em razão de cada instituição possuir até então seus serviços de inteligências próprios e funcionando de forma desassociada, cada uma com seu banco de dados e sem interagir entre si. Outra integração foi na área de ensino, haja vista, que na medida em que as Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros tinham as suas unidades de formação separadas, com grades curriculares diferenciadas e metodologias de ensino diversas de acordo com cada cultura institucional. Então, foi normatizado o Instituto de Ensino de Segurança Pública (IESP).

O passo mais delicado desta transformação gerencial se deu com a integração dos setores operacionais das Polícias Civil e Militar em um único espaço físico, sendo chamados de Zonas de Policiamento (Zpol), visando sobre tudo, retirar o aquartelamento das tropas da polícia militar para próximo onde se registram as queixas e demandas da população, no caso, as delegacias de polícia, bem como, fazer com os policiais civis interagissem seus conhecimentos sobre a delinquência junto aos policiais militares e com isso, realizassem planejamentos operacionais e ações ostensivas integradas. Tal integração foi considerada pelo então Secretário de Segurança Pública – Paulo Sette Câmara (CÂMARA, 1999) como uma das mais difíceis por envolver choques culturais a muito enraizadas em cada instituição.

Figura 3.1: Organograma do Sistema de Segurança Pública do Estado da Lei Nº 5.944/1996



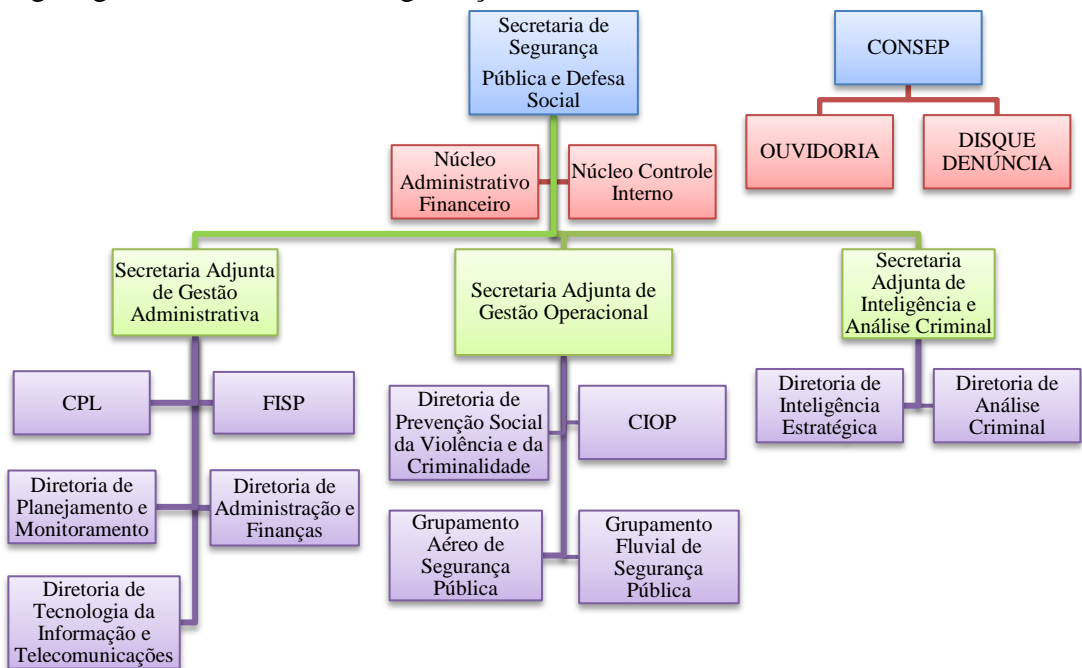
Uma nova mudança significativa só veio ocorrer em 2011, através da Lei Nº 7.584, de 28 de dezembro daquele ano, que reorganizou o Sistema Estadual de Segurança Pública que passou a denominar-se de Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), e reestruturou a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Tal lei trouxe como inovação a criação das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), as quais ainda serão subdivididas em Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP), e estas em Setores Integrados de Segurança Pública e Defesa Social (SEISP) (DIÁRIO OFICIAL, 2011) (Fig. 3.2)

A organização e a distribuição operacional dos órgãos supervisionados ficam delimitadas pelas Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, vinculando a sua desconcentração, principalmente no que se refere às suas divisões em circunscrições de atuação e gestão administrativa e financeira. Art. 18, da Lei Nº 7.584. (DIÁRIO OFICIAL, 2011, p. 8)

A estrutura básica da SEGUP também sofreu alterações passando a ser composta entre outros, pela Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa, pela Secretaria Adjunta de Gestão Operacional, Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), a manutenção do Instituto de Ensino de Segurança Pública com subordinação direta ao Secretário de Segurança, ao passo que o CIOP ficou subordinado não mais ao Secretário de Segurança Pública para ficar ligado ao Secretário Adjunto de Gestão Operacional, que na ausência do titular, responde pela SEGUP (DIÁRIO OFICIAL, 2011).

Outra mudança significativa foi a transformação do CEI, de um centro com pouca abrangência prática junto as Instituições, em uma Secretaria Adjunta com poderes para planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações de inteligência e análise criminal do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), contendo uma estrutura capaz de produzir análises criminais, assunto ainda escasso dentro do SIEDS (DIÁRIO OFICIAL, 2011).

Figura 3.2: Organograma do Sistema de Segurança Pública do Estado da Lei Nº 7.584/2011



3.2 Instituições de Segurança Pública e seus Bancos de Dados Criminais

Dentro da estrutura do SIEDS algumas organizações possuem características peculiares de trabalhar de uma forma mais efetiva com informações e banco de dados de natureza criminal, sendo basicamente as Polícias Civil e Militar, o CIOP e o SIAC.

3.2.1 Centro Integrado de Operações

Órgão pertencente ao SIEDS e reordenado pela Lei N° 7.584, de 28 de dezembro de 2011, ficando subordinado à Secretaria Adjunta de Gestão Operacional, possui como atribuições gerir o Sistema Integrado de Telecomunicações, manutenção, apreciação, emprego de embarcações e consultas ao banco de dados informatizado, dando suporte para a operacionalidade dos órgãos integrantes do Sistema Integrado de Segurança Pública do Estado.

Ao Centro Integrado de Operações - CIOP, diretamente subordinado ao Secretário Adjunto de Gestão Operacional, compete realizar o gerenciamento da prestação dos serviços de atendimentos de urgência e emergência à população em geral, das ocorrências realizadas pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, integrando e gerenciando dados, informações e sistemas, destinados a facilitar o acionamento oportuno de agentes empregados no atendimento de ocorrências de segurança pública em situações de emergência. Art. 35 da Lei N° 7.584 (DIÁRIO OFICIAL, 2011, p. 14).

O CIOP conta em seu quadro funcional com profissionais de todas as Instituições que compõem o SIEDS: Policiais Militares, Bombeiros, Policiais Cíveis e do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), trabalhando no mesmo espaço físico. Realizam ainda o monitoramento das câmeras instaladas na Região Metropolitana de Belém (RMB) e do monitoramento das viaturas policiais.

Seu banco de dados é oriundo de ocorrências registradas por meio de ligações telefônicas feitas pelo acionamento do cidadão ao aparato de segurança pública do Estado por meio do número de emergência 190. Este banco de dados possui inúmeras informações extremamente úteis e específicas a atividade operacional, como por exemplo: tempo-resposta, quantidade de viaturas empregadas nos diversos setores de policiamento, produtividade de cada viatura empregada no policiamento ostensivo, além de registrar também delitos informados por meio do 190 e que geraram emprego de viaturas.

3.2.2 Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal

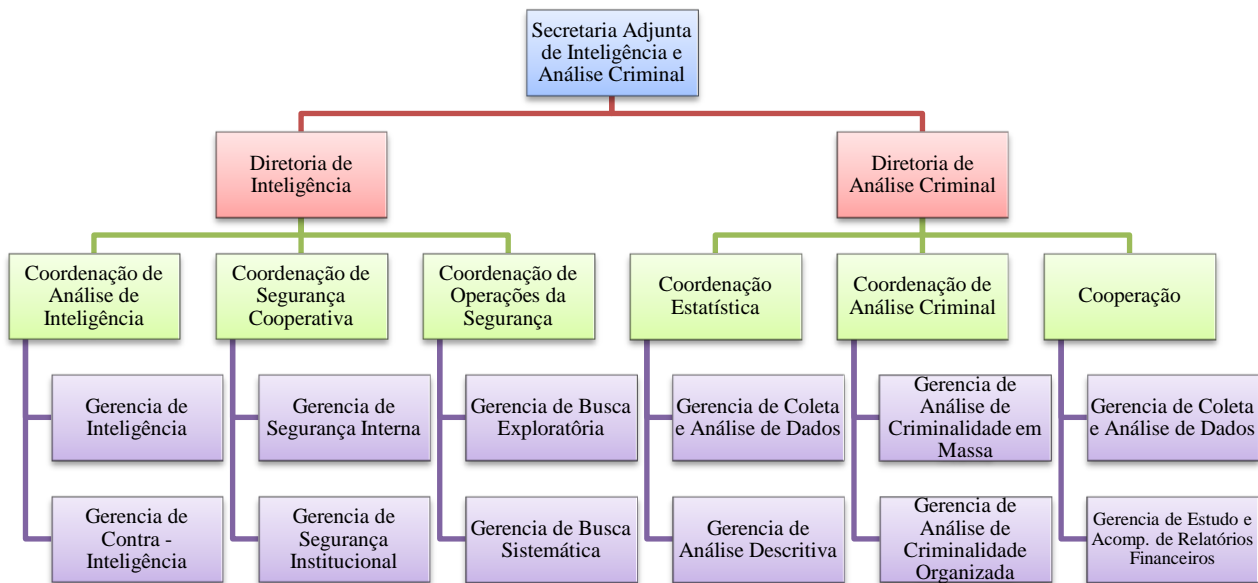
Surgiu inicialmente como Centro Estratégico Integrado, criado pela Lei Nº 6.476, de 08/08/2002, que alterou a Lei Nº 5.944 de 02/02/96 como órgão responsável pelo gerenciamento das ações integradoras de planejamento estratégico, articulação de levantamento, descrição, classificação, processamento e disseminação de informações policiais e dados estatísticos entre os órgãos que integram o Sistema de Segurança Pública.

Com a transformação em Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Fig. 3.3) o órgão de inteligência da SEGUP aumentou sua estrutura operacional e administrativa e hoje congrega as estatísticas criminais oficiais da SEGUP, trabalhando exclusivamente com informações retiradas dos boletins de ocorrência registrados nas delegacias de polícia e disponibilizadas a partir do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) pertencente à Polícia Civil. Outra inovação foi a previsão de contar em seus quadros 30 (trinta) vagas para analistas criminais selecionados por intermédio de concurso público.

O SIAC possui em sua estrutura funcional duas diretorias: Diretoria de Inteligência Estratégica (DINE) e Diretoria de Análise Criminal (DAC). A primeira compete desenvolver ações especializadas orientadas para a produção de conhecimentos, com vistas ao assessoramento, enquanto a segunda compete produzir conhecimento relativo à identificação de parâmetros de materialidade, autoria, tempo, geografia e modalidade do crime, assim como à correspondência entre dados de ocorrências de segurança pública (DIÁRIO OFICIAL, 2011).

Importante destacar que nesta nova estrutura há espaço destacado tanto para a análise criminal quanto para produção estatísticas criminais, com a criação das Coordenações de Estatística e de Análise Criminal, trazendo assim, uma inovação dentro do sistema.

Figura 3.3: Organograma da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal da Lei Nº 7.584/2011.



3.2.3 - Polícia Civil

A Polícia Civil é uma instituição definida por lei como permanente com incumbência de exercer a função de polícia judiciária no Estado, com exceção dos crimes militares, possui o Sistema Integrado de Informação de Segurança Pública (SISP) para sistematizar e operacionalizar suas informações. O SISP foi efetivado no ano de 1997 inicialmente somente em algumas Delegacias da Polícia Civil da capital, pela Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA). O objetivo principal deste sistema é disponibilizar o registro de ocorrências para a população mediante a utilização do Boletim de Ocorrência Policial (BOP), além de possibilitar que os procedimentos de autos de prisão em flagrante delito, inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência instaurados também os fossem registrados de imediato dentro do SISP.

A Polícia Civil, instituição permanente, auxiliar da Justiça Criminal e necessária à defesa do Estado e do povo, é dirigida por delegados de polícia de carreira, tendo como incumbência principal as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares - Art. 194 (PARÁ, 1989, p. 3).

Uma segunda versão do SISP foi lançada em 2002 passando por atualizações, e inclusão de novos recursos que facilitaram mais o seu manuseio, em seguida surge a Delegacia Virtual, em 2004, onde a Polícia Civil disponibilizou a população de forma *on line* registro de extravio, furto e roubo de documentos e celulares. Em 2007, o SISP foi implantado via satélite no interior, interligando quase todo o

Estado, e aposentando de vez os antigos registros feitos a mão em livros assim como as antigas máquinas de datilografar (BORGES, 2007).

3.2.4 Polícia Militar

A Polícia Militar é uma instituição permanente, componente do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social como órgão sob supervisão técnica e operacional está estruturada em órgãos de direção geral, órgãos de direção intermediária ou setorial e órgãos de execução. As unidades operacionais de polícia ostensiva estão justamente vinculadas aos órgãos de execução e cumprem diretrizes e normais dos órgãos de direção.

Art. 198. A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinando-se ao Governador do Estado e competindo-lhe, dentre outras atribuições prevista em lei

I - o policiamento ostensivo fardado;

II- a preservação da ordem pública;

III- a segurança interna do Estado;

IV- a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente;

V- a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural. (PARÁ, 1989).

Vale pontuar que são considerados unidades operacionais de polícia ostensiva os Batalhões de Polícia Militar, os Grupamentos de Polícia Militar, as Companhias Independentes, os Pelotões e destacamentos de Polícia Militar. Assim, quando uma diretriz é planejada nos órgãos de Direção Geral, necessariamente teria que chegar as unidades de execução.

A Polícia Militar possui um sistema de informações denominado de Sistema Integrado de Gestão Policial Militar (SIGPOL), onde são inseridas várias informações como efetivo, ficha pessoal de cada policial militar, patrimônio, protocolo de documentos e o registro dos Boletins de Atendimento Policial Militar (BAPM), que são os registros de ocorrências feitos por policiais militares em serviço, deles surgem os dados estatísticos da Instituição.

A metodologia de emprego do BAPM pressupõe que qualquer ocorrência atendida por um policial militar deva ser registrada em formulário próprio para ao final do seu turno de serviço, ser

entregue ao Quartel onde é feito levantamento da produtividade e mapeamento dos pontos críticos para futuras operações. A unidade também faz o lançamento destas informações no SIGPOL que atua como um imenso banco de dados e disponibiliza inúmeros relatórios de produtividade a partir de cruzamento de variáveis.

O BAPM poderia ser o maior banco de dados do SIEDS por conter todos os atendimentos feitos pela Polícia Militar, instituição que está diuturnamente nas ruas, realizando o seu mister constitucional, de polícia administrativa e preventiva, além de ser a única instituição da segurança pública que está presente efetivamente em todos os 144 municípios do Estado do Pará. Soma-se a isso o fato de que inúmeras ocorrências são resolvidas durante o atendimento policial no local, por meio da mediação de conflitos, não chegando portanto, às Delegacias de Polícia e conseqüentemente ao SISP de onde se têm as informações oficiais da SEGUP.

Capítulo 4

METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada uma abordagem da metodologia adotada na dissertação. Na Seção 4.1 discorre acerca da descrição dos dados, na Seção 4.2 se apresenta a análise descritiva, e por fim a Seção 4.3 aborda a análise de correspondência.

4.1 Descrição dos Dados

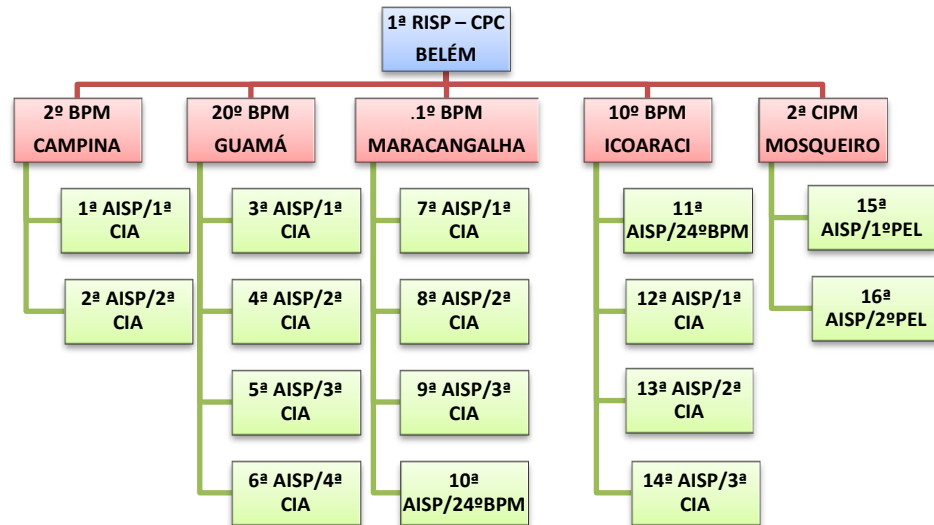
Os dados deste estudo foram coletados de duas formas. Primeiramente, foram coletados dados secundários do SISP, do CIOP e do BAPM, com intuito de buscar informações que dessem a dimensão da integração dos sistemas de informação das Instituições pertencentes a SEGUP, para isso foram realizadas pesquisas sistemáticas nesses três bancos de dados. No caso do SISP e CIOP foram solicitadas as informações diretamente nos respectivos órgãos, os quais entregaram o banco de dados prontos (digitalizados) de acordo com o que foi solicitado. No tocante a Polícia Militar, responsável pelo BAPM, houve a necessidade de digitalizar os BAPM do 20º BPM que estavam apenas armazenados nos arquivos de papel, para poder compará-los. Foram então selecionados alguns crimes com ocorrência no período de 2009 a 2012 particularizando: Ameaça, Furto, Homicídio, Lesão Corporal, Poluição Sonora e Roubo.

Posteriormente, outros dados foram obtidos por meio de uma pesquisa de campo realizada na 3ª companhia (correspondendo circunscrição do bairro Guamá) e 4ª companhia (correspondendo circunscrição do bairro Terra Firme) do 20º Batalhão da Polícia Militar (BPM) da capital, no período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, com intuito de verificar como as informações de estatística criminal estão chegando para os policiais que trabalham na ponta do sistema, ou seja, no policiamento ostensivo. A partir da utilização de um questionário contendo indagações sobre os dados pessoais até as informações sobre gestão da informação, conforme Figura A.1 do Apêndice. As entrevistas aos Policiais Militares foram realizadas no momento em que entravam no quartel do 20º BPM para assumir o serviço, o que possibilitou ter acesso a praticamente todos os policiais que trabalham na atividade fim daquele batalhão.

Figura 4.1 Mapa do Bairro do Guamá**Figura 4.2** Mapa do Bairro da Terra Firme (Montese)

A escolha deste batalhão se deu em razão de que na estrutura operacional da Polícia Militar do Pará o 20º BPM está subordinado diretamente ao Comando de Policiamento da Capital (CPC), possuindo 04 (quatro) companhias com responsabilidades de propiciar segurança aos bairros Jurunas, Condor, Batista Campos, Cremação, Guamá, Terra Firme e Universitário, seguramente os bairros periféricos mais populosos de Belém. Além disso, a partir de 09 de abril de 2013, foram criadas pelo Governo do Estado as Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social, em número de 15 (quinze), para harmonizar as circunscrições de atuação dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, objetivando a articulação territorial regional nos níveis estratégico, tático e operacional (DIÁRIO OFICIAL, 2011), haja vista que até então, algumas circunscrições das Polícias Civil e Militar não eram as mesmas, o que dificultava a integração entre as forças, no planejamento até a execução, bem como o acompanhamento uniforme dos resultados. A criação das RISP é uma tendência já empregada em outros Estados da federação (MIRANDA, 2004). A Figura 4.1 apresenta o Organograma da 1ª RISP, do Estado do Pará.

Figura 4.3: Organograma da 1ª Região Integrada de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará.



Como o 20º BPM, nesta nova organização operacional, possui um dos maiores efetivos da capital, se fez necessário para a execução da pesquisa de campo, utilizar uma equipe de 06 (seis) entrevistadores voluntários, que receberam treinamento para conduzir as entrevistas de maneira individual e imparcial. Sendo necessário inicialmente buscar informações no comando geral da polícia, acerca do número de policiais nas 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar que são 146 e 147, respectivamente. A partir destas informações utilizou-se uma amostra aleatória estratificada proporcional ao número total de policiais por patente, com erro amostral máximo de 3,5% (BOLFARINE; BUSSAB, 2005), perfazendo um total de 214 policiais. Sendo este tamanho da amostra calculado a partir de

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}, \quad (4.1)$$

Onde N é o número total de policiais da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar; n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra (policiais), sendo dado por $n_0 = \frac{1}{e^2}$, com $e = 0,035$ que é o erro máximo adotado. Para o cálculo do tamanho da amostra proporcional as patentes (estratos = h) utiliza-se à seguinte correção

$$n_h = n \times \frac{N_h}{N}, \quad h = 1, 2, \dots, 8 \quad (4.2)$$

Sendo n_h é o tamanho amostral para cada estrato (por patente); N_h é o total de policias por patente e N é o total geral de policiais.

4.2 Análise Descritiva

A análise exploratória de dados, conhecida também como análise descritiva, é o método que envolve a coleta, caracterização e apresentação, de um conjunto de informações de modo a descrever apropriadamente as características deste conjunto.

Existem diversas ferramentas que podem ser utilizadas em uma análise descritiva de dados, como os gráficos, tabelas e medidas de síntese como porcentagens, índices e médias para a organização dos dados. Neste estudo específico se utilizam tabelas, que têm por finalidade, resumir um conjunto de observações, conseguindo sinteticamente expor os resultados dos dados analisados relacionados a fatores como, tempo, local, fenômeno e especificação. E os gráficos, cujo objetivo principal é produzir para o leitor uma visão mais rápida e viva dos dados de uma tabela.

4.3 Análise de Correspondência

A análise de correspondência (AC) é uma técnica multivariada utilizada para o exame de relações geométricas do cruzamento, ou contingenciamento, de variáveis categorizadas (variáveis qualitativas). Permite analisar a relação entre as duas variáveis graficamente em um espaço multidimensional, de modo que se possa verificar que categorias de uma variável são similares às outras ou quais categorias das duas variáveis são relacionadas, além disso, a AC estuda a associação entre variáveis categóricas de forma bivariada por meio da Análise de Correspondência Simples (ACS) ou multivariada, utilizando a Análise de Correspondência Múltipla (ACM), por meio de um conjunto de mapas (gráficos) perceptuais/intuitivos, onde nestes mapas verifica-se a existência de proximidade, chamada de similaridade ou dissimilaridade entre os objetos propostos, ou seja, entre as categorias das variáveis em um específico estudo (CUNHA JR, 1997).

A AC tem por objetivo analisar um número maior de variáveis/categóricas simultaneamente a partir de um espaço com dimensões reduzidas, com o mínimo de perda de informação possível. A técnica proporciona uma redução na quantidade de dados a serem analisados, por meio dos procedimentos de estatística multivariada. A AC possibilita ao pesquisador visualizar no gráfico, as proximidades/distancias e relações entre linhas e colunas (estímulos) de uma tabela de contingência (cruzamentos) em duas ou mais dimensões. Para Mascarola (1991) e Lagarde (1995), o gráfico resultante da análise de correspondência deve ser interpretado como um mapa geográfico, assumindo que as

menores distâncias entre as categorias-linha e categorias-coluna representam as mais fortes associações entre elas.

Segundo Toma *et al.* (2008), para que a aplicação da técnica análise de correspondência seja feita de forma eficaz, é necessário que o par de variáveis a serem analisadas seja submetido ao teste qui-quadrado (χ^2), para verificar a dependência entre as variáveis, onde as hipóteses testadas são: H_0 : as variáveis são independentes *versus* H_1 : as variáveis são dependentes. O valor da estatística teste χ^2 é obtido por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}, \quad (4.3)$$

onde O_{ij} representa a frequência observada na i -ésima linha e j -ésima coluna, E_{ij} representa a frequência esperada na i -ésima linha e j -ésima coluna, $i = 1, \dots, l$ representa o número de linhas e $j = 1, \dots, c$ representa o número de colunas da tabela de contingência. O próximo passo é realizar o teste do Critério Beta (β) dado por

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}}, \quad (4.4)$$

em que o χ^2 é o valor do qui-quadrado encontrado em (1); l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência. Para confirmar a dependência das variáveis estudadas. Se $\beta > 3$, as variáveis são ditas dependentes a um risco menor ou igual a 5%.

Após a construção dos testes qui-quadrado e critério β deve ser observado as relações pertinentes ao estudo por meio dos gráficos perceptuais, onde a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser maior que 70% e/ou utilizando-se da análise dos resíduos da tabela de contingência. O resíduo padronizado é dado por

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}, \quad i, \dots, l \text{ e } j, \dots, c. \quad (4.5)$$

Segundo Ramos *et al.* (2008), para avaliar a significância dos resíduos, é necessário obter o coeficiente de confiança, que para efeito de relação estatística, serão consideradas relações significativas entre as variáveis quando o coeficiente de confiança for maior ou igual a 0,70 ou seja 70%.

Capítulo 5

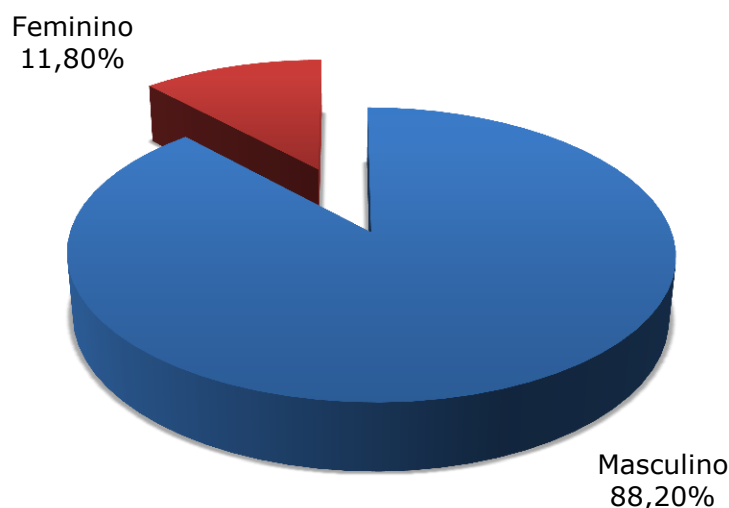
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentam-se os resultados e discussões provenientes da junção das metodologias vistas no Capítulo 4 com as teorias vistas nos Capítulos 2 e 3. Sendo que na Seção 5.1 apresenta-se o perfil dos policiais; na Seção 5.2 discute-se a Gestão da Informação; na Seção 5.3 apresenta-se e analisam-se os dados do SISP, CIOP e BAPM; e por fim na Seção 5.4 discute as associações via análise de correspondência.

5.1 Perfil dos Policiais a partir da Análise Descritiva

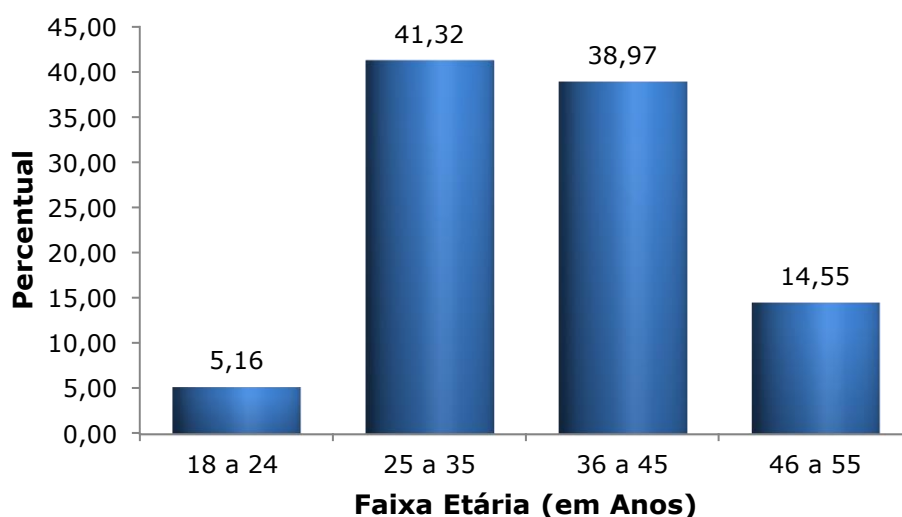
A partir da Figura 5.1 pode-se verificar que a maioria dos policiais é do gênero masculino (88,20%) e somente 11,80% são do gênero feminino. Essa presença maior do gênero masculino é visível em toda a Polícia Militar do Pará, que segundo a Pesquisa perfil das instituições de segurança pública (SENASP, 2013), possui um efetivo de 14.724 e destes apenas 12,29% são mulheres.

Figura 5.1: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Gênero.



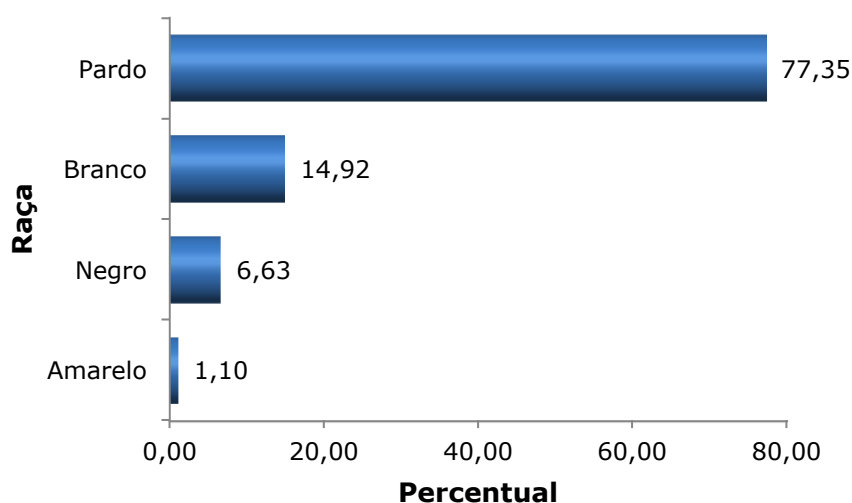
Observa-se (Figura 5.2), que a maioria dos policiais está na faixa etária de 25 a 45 anos (80,29%). Sendo essa uma tendência nacional, como aponta a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASP, 2013), mostrando uma tendência nacional de renovação nos quadros das Polícias Militares.

Figura 5.2: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Faixa Etária (em Anos).



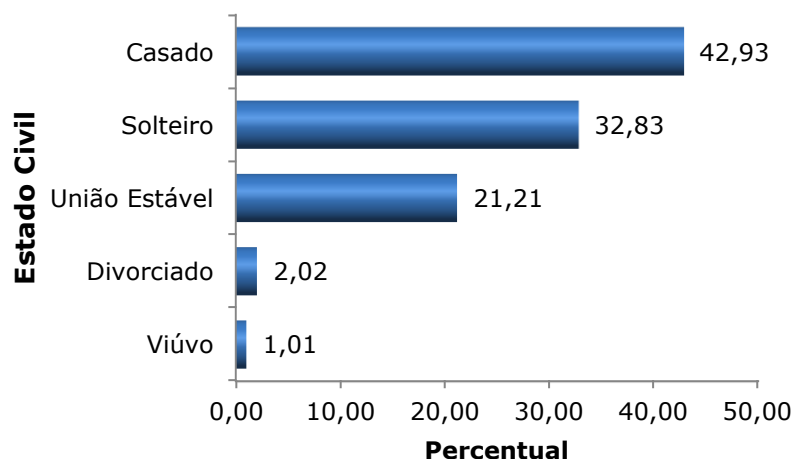
A maioria dos policiais se declara pardo (77,35%), seguido dos que se declaram branco (14,92%) (Figura 5.3). O que contradiz os resultados da pesquisa nacional do “Perfil das Instituições de Segurança Pública” (SENASP, 2013) a qual apresentou um maior número de policiais militares que se declararam de raça branca.

Figura 5.3: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Raça.



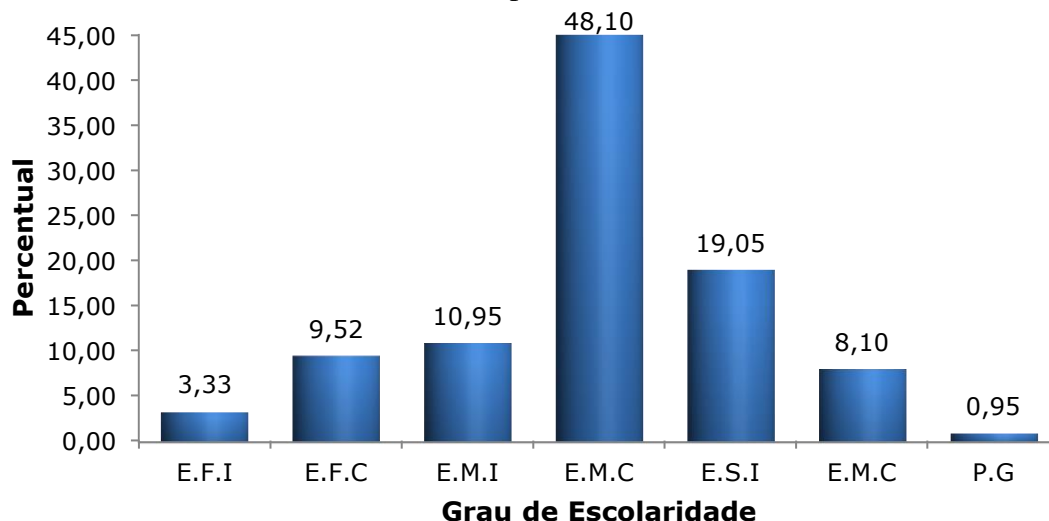
Ao analisar a situação conjugal dos policiais constata-se (Figura 5.4) que a maioria é casado ou está em união estável (64,14%), enquanto os solteiros são 32,83% dos policiais.

Figura 5.4: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Estado Civil.



Ao observar os dados de escolaridade, verifica-se (Figura 5.5) que a maior parte dos policiais 3ª e 4ª Companhia tem o ensino médio completo (48,10%), seguido do ensino superior incompleto (19,05%).

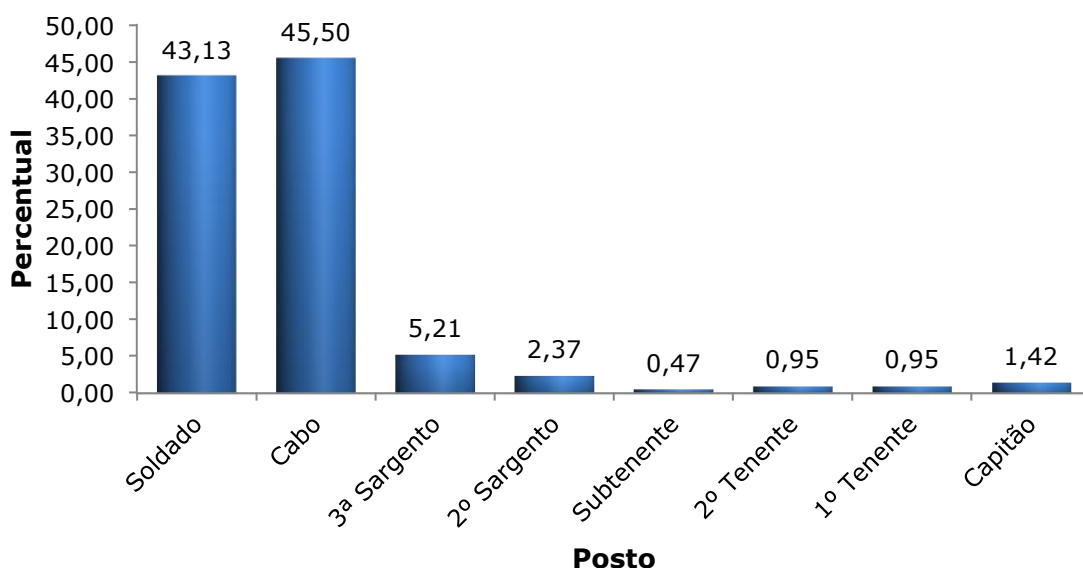
Figura 5.5: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Grau de Escolaridade.



E.F.I = Ens.Fundamental Incompleto E.S.I = Ens.Superior Incompleto
 E.F.C = Ens.Fundamental Completo E.S.C = Ens.Superior Completo
 E.M.I = Ens.Médio Incompleto P.G = Pós-Graduação
 E.M.C = Ens.Médio Completo

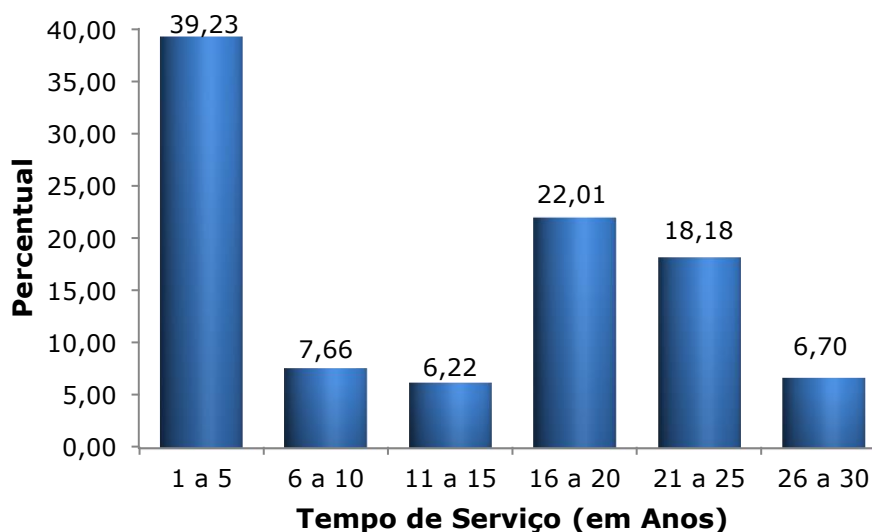
A maior parte dos policiais das 3ª e 4ª Companhias tem o posto/graduação de cabo (45,50%), em seguida estão os soldados (43,13%) (Figura 5.6). Essas duas classes juntas correspondem a 88,63% do efetivo empregado no 20º BPM, resultado este, superior ao destacado pela pesquisa nacional “Perfil das Instituições de Segurança Pública” (SENASP, 2013), onde a Polícia Militar do Pará (PM PA) apresenta nestas duas graduações cerca de 76,32% do efetivo total da PM PA.

Figura 5.6: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto/Graduação.



A maior parte dos policiais das 3ª e 4ª Companhias tem de 1 a 5 anos de serviço (39,23%), seguido dos que possuem de 16 a 20 anos de serviço (22,01%) (Figura 5.7).

Figura 5.7: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tempo de Serviço.



Na Tabela 5.1 pode-se notar que a maioria dos policiais das 3ª e 4ª Companhia faz uso do tipo de policiamento ostensivo em viaturas (4 rodas e moto), com 66,51%, o que mostra a forte influência do policiamento profissional, que segundo Moore (2003), baseia-se em três táticas operacionais: o patrulhamento aleatório ou direcionado, a resposta rápida para chamadas de serviços e a investigação retrospectiva. Verifica-se que as duas primeiras táticas necessitam do emprego de viaturas e são atinentes a Polícia Militar.

Outro fator observado na Tabela 5.1 é um insipiente emprego de um policiamento de proximidade com a comunidade, onde apenas 14,62% trabalham ou no policiamento a pé ou em bases, que a princípio, pressupõem-se exercer atividades de caráter mais preventivo.

Tabela 5.1: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de Policiamento Executado.

Tipo de Policiamento	Percentual
Policiamento Ostensivo Viatura (4 rodas)	62,26
Administrativo	18,87
Policiamento Ostensivo a Pé	14,15
Policiamento Ostensivo Viatura (Moto)	4,25
Base	0,47
Total	100,00

Nesta seção pode-se observar e analisar, por meio de estatísticas descritivas, mais especificamente de gráficos o perfil do policial militar do 20º BPM da PM PA.

5.2. Gestão da Informação a partir da Estatística Descritiva

Segundo o modelo profissional já visto no Capítulo 2, em um patrulhamento, pressupõem-se que os policiais trabalhem com informações criminais que os orientem para soluções de problemas ou com relação a áreas com índices elevados de registro de ocorrência a serem policiadas, subtende-se então que as patrulhas saiam para as ruas direcionadas a partir de um estudo criminal, baseado nas estatísticas criminais provenientes de todos os bancos de dados existentes no SIEDS relativos a sua área de atuação, visando dar uma eficácia maior ao policiamento.

Assim é imperativo que as estatísticas criminais balizem os profissionais que trabalham no policiamento ostensivo, principalmente em viaturas, propiciando uma saída ao empirismos de policiar pela experiência e pela discricionariedade de cada patrulheiro, que segundo Monet (2001) é uma cultura bem comum nas polícias estudadas por ele, apesar de gritantes diferenças estruturais, muito em decorrência de possuírem os mesmos poderes de pressão, a hierarquização e centralização fortes e por

estarem sujeitas a constantes críticas da sociedade, acabam se tornando conservadores como forma de se auto proteger.

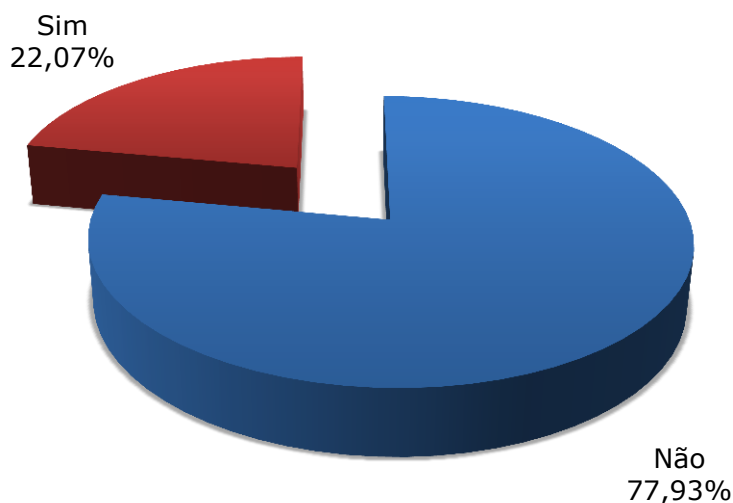
A cultura policial se marca, finalmente, por um conservadorismo intelectual que, sob a capa do pragmatismo, privilegia o olhar rasteiro, a tomada de consideração apenas dos elementos e o antiintelectualismo, tudo que se apresenta sob forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa suscita reações de rejeição imediata. Pelo fato de ser redutora de incerteza, a reprodução do “eterno passado” congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia a sua capacidade de se adaptar à mudança social (MONET, 2001).

O risco de se utilizar só o modelo profissional, segundo Moore (2003), é de perder a identidade da polícia perante a comunidade e acabar transformando todo o aparato policial em uma instituição meramente reativa, que fica aguardando o chamado do cidadão para poder intervir entrando na comunidade, resolvendo o problema para logo em seguida sair o mais rápido possível para ficar disponível a um novo acionamento, porém a utilização de um modelo excessivamente reativo, onde as prisões recebem maior relevância, não está sendo efetivo na redução do crime ou na melhoria da sensação de segurança.

“Uma avaliação do policiamento profissional como estratégia de policiamento deveria começar observando que, até agora, ele não tem obtido um grande resultado no controle do crime. Essa observação tem sido feita várias vezes e, para a polícia (apropriadamente), parece um insulto. A polícia argumenta que tem feito bem a sua parte mas que tem sido deixada de lado pelo resto do sistema de justiça criminal, que é incapaz – ou não deseja – de processar, condenar e prender aqueles que a polícia convincentemente acusou de terem cometido crimes (More, 2003, p.127).

Neste sentido, a partir das informações amostrais obtidas pela pesquisa de campo no 20º BPM pode-se observar (Figura 5.8) que a maioria dos policiais (3ª e 4ª Companhia) não recebe mapa criminal, com 77,93%, o que comprova que neste batalhão as Estatísticas Criminais produzidas pelos órgãos do SIEDS não chegam aos policiais que trabalham na “ponta” do sistema, que com isso, deixam de ter um diagnóstico analisado do que está acontecendo na sua área de policiamento. Isso possui alguns reflexos. Para Miranda (2004) essa falta de informações estatísticas aos policiais que executam o policiamento ostensivo é reforçada pela dificuldade de mudar culturas internas na Polícia Militar, onde as formas tradicionais de administração policial ainda são bastante enraizadas, na qual a vivência, a experiência e o bom senso de seus integrantes funcionam como referência para balizar os planejamentos operacionais, acontece que esta forma de administrar não fornece um diagnóstico real dos delitos e com isso conduz, corriqueiramente, a implantação de políticas públicas deficientes e não efetivas.

Figura 5.8: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em Relação ao Recebimento do Mapa Criminal para o Emprego no Policiamento Ostensivo.



Vale destacar que dentre os 22,07% (Figura 5.8) de policiais que responderam que recebem o Mapa Criminal, constata-se pela Tabela 5.2 que todos esses policiais trabalham em bases comunitárias e isso provavelmente se dá em razão de reuniões periódicas com a comunidade e treinamentos constantes. Porém a maioria dos policiais que trabalham na atividade-fim não faz uso do mapa criminal, como o policiamento ostensivo em viatura (4 rodas), ostensivo a pé e ostensivo viatura (moto), com 74,05%, 83,33% e 66,67%, respectivamente. Confirmando que os policiais responsáveis pelo policiamento preventivo, saem para as ruas sem um norte, sem um objetivo específico, sem um planejamento operacional, sem a definição de locais e horários de maior incidência criminal. Até mesmo os policiais militares da atividade-meio, aqui representados pelos administrativos, que executam escalas de jornadas extraordinárias nas ruas em suas horas de folga ou mesmo em escalas extras, declararam em sua grande maioria (90,00%) não receber o mapa criminal.

Tabela 5.2: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de policiamento *versus* Utilização do Mapa Criminal.

Tipo de Policiamento	Mapa Criminal		Total
	Sim	Não	
Policiamento Ostensivo Viatura (4 rodas)	25,95	74,05	100,00
Administrativo	10,00	90,00	100,00
Policiamento Ostensivo a Pé	16,67	83,33	100,00
Policiamento Ostensivo Viatura (Moto)	33,33	66,67	100,00
Base	100,00	-	100,00

Estes resultados corroborado com Azevedo *et al.* (2011), afirmando que “constitui princípio básico da administração pública que a política feita nos escalões superiores de uma organização só será eficaz, se todos os níveis sucessivamente inferiores da hierarquia estiverem em conformidade com a política e forem capazes de realizá-la”. Esse princípio da administração necessita ser incorporado no planejamento estratégico e operacional da Polícia Militar, se não corre o risco de estarem fadados ao fracasso pela pouca efetividade de suas ações.

Em relação ao processo de utilização das estatísticas criminais, é importante destacar que a polícia pode atuar em suas diversas etapas; estando envolvida não só na coleta dos dados, contabilizando os crimes ocorridos, como também na utilização desse material para auxiliar no controle dos eventos criminosos. Por tal motivo, sua disseminação no interior da organização policial deve ser respaldada em seu planejamento e incorporada por seus usuários em todos os níveis organizacionais (AZEVEDO *et al.*, 2011, p. 16)

Ainda com relação ao pouquíssimo emprego de Mapas Criminais pelos profissionais que executam o policiamento ostensivo do 20º BPM, vale salientar que o SIAC/SEGUP produz alguns trabalhos estatísticos onde apresentam diagnósticos que são mais voltados para medidas de desempenho, como quantidade de homicídios, de lesão corporal, estupro, latrocínio, furto e roubo por Região, correndo-se o risco de transformar as estatísticas criminais apenas em uma ferramenta de controle institucional e não de busca por padrões criminais que façam emergir as causas dos problemas. Tal emprego pode instigar a que maus profissionais maquiem seus dados deixando de registrar algumas ocorrências, por exemplo, para diminuir futuras cobranças quanto ao seu desempenho funcional. Conforme assevera Rolim (2006) “Um risco presente é o fato da utilização das taxas criminais resultar em uma função estritamente de controle organizacional, na qual a principal preocupação são as taxas do crime e não as suas causas reais. Aumento e diminuição nos registros podem resultar em falsa impressão acerca de sua ocorrência”.

A identificação de padrões de criminalidade deveria ser a mola propulsora de todo o sistema de informações criminais, por possibilitar aos operadores do sistema combater as causas e não só os efeitos do problema, assim, quando o policial militar do 20º BPM fosse assumir o serviço na sua área de policiamento já sairia com todo cenário construído a respeito de tendências criminosas o que acabaria redirecionando sua atividade a ações mais proativas que repressivas, porque estaria atuando na comunidade com subsídios para evitar que ocorra o crime, ao invés, de entrar na comunidade apenas para atender um chamado de emergência, ou para prender e depois sair.

Vamos imaginar que você esteja passeando ao longo de um rio e que subitamente, perceba que uma criança está sendo arrastada pela correnteza. Se você for uma pessoa minimamente solidária, por certo

se jogara na água para tentar resgatar a criança. Suponhamos que você tenha sorte e que seu gesto foi bem sucedido[...] Vamos imaginar agora que toda vez que você passe por aquele lugar haja uma criança sendo levada pela correnteza, fazendo com que você seja sempre obrigado a fazer a mesma façanha. Certamente as chances de salvar todas as crianças seriam menores e, ao mesmo tempo, o risco de você ser tragado aumentaria. Mas, se isso ocorresse, pareceria evidente que algo estava acontecendo com essas crianças em um ponto anterior da correnteza. Portanto, tão logo a repetição das ocorrências fosse comprovado, pareceria-lhe não apenas óbvio, mas urgente, descobrir o que estava acontecendo com as crianças antes delas caírem na água. Então, você provavelmente iria percorrer as margens do rio em direção a sua nascente para tentar descobrir a causa de tão chocante e misteriosa sucessão de tragédias” (ROLIM, 2006, p.67).

Essa parábola Rolim (2006) exemplifica bem o modelo atual de gestão da informação na Polícia Militar do Pará, que ao não orientar o policiamento ostensivo para solução de problemas, acaba reforçando o modelo tradicional onde o planejamento é baseado nas experiências, geralmente, do policial de maior patente. O novo paradigma do policiamento moderno perpassa inevitavelmente pelo emprego das estatísticas criminais tanto no planejamento estratégico quanto no operacional; e, essa inovação, representa, acima de tudo, um compromisso gerencial que deve ser sentido por corporação.

Já em relação ao Posto/Graduação *versus* Recebimento de Mapa Criminal, observa-se (Tabela 5.3) que quanto menor a patente, maior a porcentagem dos que não recebem o mapa criminal, assim a categoria de cabos e soldados, que são os que estão mais diretamente nas ruas patrulhando, foram os que apresentaram as maiores taxas, com 82,29% e 80,22%, respectivamente, dentre os policiais militares das 3ª e 4ª Companhias que responderam não receber o mapa criminal, ao passo que todos que têm posto/graduação de subtenente utilizam o mapa criminal, com 100,00%, vale salientar que este universo é bem pequeno com relação aos demais, visto que a graduação de subtenente representa apenas 0,47% do total do efetivo do batalhão (Figura 5.6).

Tabela 5.3: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto/Graduação *versus* Mapa Criminal.

Posto/Graduação	Mapa Criminal		Total
	Sim	Não	
1º Tenente	50,00	50,00	100,00
2º Tenente	50,00	50,00	100,00
2º Sargento	40,00	60,00	100,00
3º Sargento	36,36	63,64	100,00
Capitão	33,33	66,67	100,00
Soldado	19,78	80,22	100,00
Cabo	17,71	82,29	100,00
Subtenente	100,00	-	100,00

Também na Tabela 5.3, é possível notar que a maioria dos policiais, pela natureza de suas funções, estão mais ligados a atividade fim, de patrulhamento nas ruas, como é o caso dos 2º sargento, 3º sargento, soldado e cabo, que não fazem uso do mapa criminal, com 60,00%, 63,64%, 80,22% e 82,29%, respectivamente. Já dentre os Oficiais que possuem funções mais de comando e planejamento, observa-se nesta mesma tabela, que entre os Tenentes houve um equilíbrio dos que responderam receber ou não o mapa criminal, com 50,00% para cada, no entanto, o que chama atenção é que 66,67% dos Capitães declaram não receber mapa criminal, por ser a patente responsável pelo comando destas companhias (3ª e 4ª) e conseqüentemente pelo planejamento operacional de distribuição do efetivo nas áreas de policiamento, o que só evidencia o que Rolim (2006) chamou de “pré-história” da profissionalização policial, visto que “prover gestores da área da segurança pública com dados relevantes constitui, de fato, o pressuposto básico para uma ação profissional bem-sucedida”.

Ao se verificar (Tabela 5.4) o cruzamento dos dados entre recebimento dos mapas criminais por parte dos policiais e o nível de escolaridade, observa-se que os que possuem nível de graduação maior, como os pós-graduados, são os que mais declaram não receber as informações do mapa criminal, com 100,00%, e os que possuem menor escolaridade, como os de ensino fundamental incompleto, são os que declararam mais receber os mapas criminais, com 28,57%. Muito embora exista uma harmonia nos demais níveis, como o ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo, todos com mais de 70% do percentual afirmando não receber o mapa criminal, 75,00%, 73,91%, 78,22%, 79,49% e 76,47%, respectivamente.

Tabela 5.4: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Grau de Escolaridade *versus* Mapa Criminal.

Grau de Escolaridade	Mapa Criminal		Total
	Sim	Não	
Ensino Fundamental Incompleto	28,57	71,43	100,00
Ensino Fundamental Completo	25,00	75,00	100,00
Ensino Médio Incompleto	26,09	73,91	100,00
Ensino Médio Completo	21,78	78,22	100,00
Ensino Superior Incompleto	20,51	79,49	100,00
Ensino Superior Completo	23,53	76,47	100,00
Pós-Graduação	-	100,00	100,00

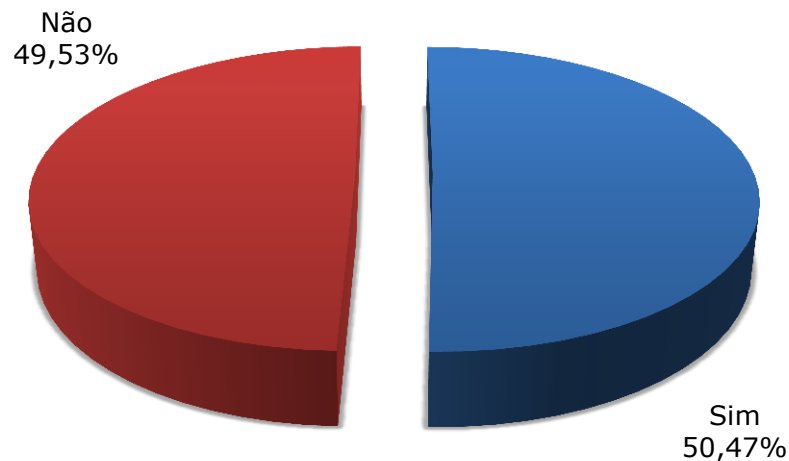
Com relação a idade e o recebimento ou não do mapa criminal, verifica-se que em todas as faixas etária, de 18 a 24 anos, de 25 a 35 anos, de 36 a 45 anos e de 46 a 55 anos, a maioria dos policiais não recebem mapa criminal, com 81,82%, 77,01%, 79,52% e 74,19%, respectivamente (Tabela 5.5).

Tabela 5.5: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Faixa Etária (em Anos) *versus* Mapa Criminal.

Faixa Etária (em Anos)	Mapa Criminal		Total
	Sim	Não	
18 a 24	18,18	81,82	100,00
25 a 35	22,99	77,01	100,00
36 a 45	20,48	79,52	100,00
46 a 55	25,81	74,19	100,00

A Figura 5.9 apresenta graficamente o percentual de policiais militares que fazem o registro de ocorrência no Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM) durante o policiamento ostensivo. Nela, verifica-se que existe um empate técnico entre os policiais que fazem e os que não fazem o registro de atendimento. Caracterizando-se em grande quantidade de policiais militares que deixa de registrar seus atendimento na rua, gerando uma subnotificação de 49,53%, ou seja, aproximadamente metade das ocorrências atendidas pela Polícia Militar não são computadas para fins de análise e transformação em informações para subsidiar o planejamento operacional daquele batalhão.

Figura 5.9: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em Relação ao Registro de Ocorrência no BAPM.



Dentre os motivos apontados para o não registro está à necessidade de também terem que apresentar a ocorrência em uma unidade da Polícia Civil, com 56%, o que geraria, na opinião de muitos, apenas desperdício de tempo, muito em razão dos dados da Polícia Militar não entrarem nas estatísticas oficiais do sistema e não haver retorno destes números. Em seguida aparece o fato do policial não achar necessário/falta de interesse, com 17,33%. É importante destacar que 12% dos policiais alegaram não possuírem formulário do BAPM para o registro, o que pode caracterizar falta de treinamento deste policial, assim como a falta de sensibilidade/descaso deste comando no sentido de reconhecer a importância de tais informações (Tabela 5.6).

Tabela 5.6: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em Relação aos Motivos de Não Registro da Ocorrência no BAPM.

Motivo de Não Registro	Percentual
Terminou na Delegacia	56,00
Não acha Necessário (Falta de Interesse)	17,33
Falta de Formulário	12,00
Perdi muito Tempo	8,00
Não é Cobrado	6,67
Total	100,00

Neste sentido é importante lembrar que hoje a fonte de informações de estatísticas criminais da SEGUP é, quase com exclusividade, do SISP da Polícia Civil, muito embora seja sujeito a imperfeições que podem conduzir a planejamentos fadados a erros em decorrência de vários fatores, entre eles, a subnotificação. Porém, se o trabalho policial estivesse produzindo um efeito bem positivo junto a comunidade, acabaria por estimular as pessoas a registrar mais ocorrências, por entender que as investigações policiais estariam atendendo as demandas sociais. Esse fenômeno faria com que os números criminais crescessem, sem que isso significasse aumento do crime.

Na prática, isso significa prosseguir trabalhando com dados compilados a partir dos registros de ocorrência, o que assinala, inequivocamente, uma maneira ultrapassada de se lidar com indicadores de criminalidade e violência. O resultado é que os gestores de segurança pública não podem, ainda que o desejem, elaborar uma política de segurança com base em um diagnóstico sério porque os dados disponíveis mais confundem do que ajudam (ROLIM, 2006, p. 41).

Miranda (2004) também corrobora com esta linha de pensamento e aponta outro malefício em se utilizar apenas os registros de ocorrência para se planejar ações na área da segurança pública, ao afirmar que “ater-se apenas ao que foi registrado retifica a imagem da Polícia como uma instituição destinada ao combate ao crime, em detrimento a uma outra imagem, também existente, da polícia

mediadora de conflitos intracomunitários e de agência que articula a população a outras agências estatais”.

Faz-se necessário então, obter outras fontes de consulta na área da segurança, uma delas são as pesquisas de vitimização que buscam captar além da incidência de fatos criminosos, informações sobre as circunstâncias do crime e sobre o perfil das vítimas, além de possibilitar medir a sensação de insegurança ou o grau de confiança que a comunidade tem da sua polícia, permitindo segundo Rolim (2006) uma visão melhor do que simplesmente aquela que se pode extrair dos boletins de ocorrência. Ele também afirma que em outros países este tipo de pesquisa é comum e muito empregado no auxílio dos planejamentos estratégicos, táticos e operacionais na área da segurança pública, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, por exemplo, são realizadas pesquisas anuais de vitimização.

A partir do cruzamento das variáveis envolvendo o registro do BAPM e os níveis hierárquicos da Instituição (Tabela 5.7), verifica-se que dentre os policiais militares todos os subtenentes afirmam registrar o BAPM, com 100,00%. Já com relação aos Oficiais constata-se que entre os tenentes metade declaram registrar, enquanto os outros 50,00% dizem não registrar, enquanto os capitães 33,33% responderam que não registram ocorrências nos BAPM, o que demonstra a falta de comprometimento entre os níveis hierárquicos quanto ao planejamento operação da instituição que instituiu o BAPM para registrar seus atendimentos e assim montar banco de dados próprio para robustecer planejamentos e ações e como instrumentos de políticas públicas. Esta situação também é constatada entre a maioria dos Cabos, que também afirmam não registrar o BAPM (54,55%).

Tabela 5.7: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto *versus* Registro BAPM.

Posto/Graduação	Registro BAPM		Total
	Sim	Não	
1º Tenente	50,00	50,00	100,00
2º Tenente	50,00	50,00	100,00
2º Sargento	40,00	60,00	100,00
3ª Sargento	54,55	45,45	100,00
Cabo	45,83	54,17	100,00
Capitão	66,67	33,33	100,00
Soldado	53,85	46,15	100,00
Subtenente	100,00	-	100,00

Outra observação interessante é quando se cruza os dados do tipo de policiamento com o registro BAPM (Tabela 5.8), onde se constata que todos os policiais militares que trabalham em bases de policiamento comunitário declararam não registrar o BAPM, o que não deixa de ser uma incongruência, haja vista, que são treinados para o atendimento ao público, fazendo que a Polícia Militar perca uma valiosa fonte de informação. Dentre os que mais registram estão os policiais que trabalham no Policiamento ostensivo viatura (4 rodas), com 63,64%.

Tabela 5.8: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de policiamento *versus* Registro BAPM.

Tipo de Policiamento	Registro BAPM		Total
	Sim	Não	
Administrativo	20,00	80,00	100,00
Base Comunitária	-	100,00	100,00
Policiamento Ostensivo a Pé	40,00	60,00	100,00
Policiamento Ostensivo Viatura (4 rodas)	63,64	36,36	100,00
Policiamento Ostensivo Viatura (Moto)	44,44	55,56	100,00

Quando se observa o registro do BAPM e o grau de escolaridade dos policiais, verifica-se (Tabela 5.9), que quem mais registra BAPM são os que possuem o ensino médio incompleto e ensino fundamental completo, com 60,87% e 60,00%, respectivamente, enquanto os que menos registram são os que possuem o ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, com 57,14% e 56,44% respectivamente.

Tabela 5.9: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Grau de Escolaridade *versus* Registro BAPM.

Grau de Escolaridade	Registro BAPM		Total
	Sim	Não	
Ensino Fundamental Incompleto	42,86	57,14	100,00
Ensino Fundamental Completo	60,00	40,00	100,00
Ensino Médio Incompleto	60,87	39,13	100,00
Ensino Médio Completo	43,56	56,44	100,00
Ensino Superior Incompleto	57,50	42,50	100,00
Ensino Superior Completo	58,82	41,18	100,00
Pós-Graduação	50,00	50,00	100,00

Em relação ao registro do BAPM e a faixa etária dos policiais, verifica-se (Tabela 5.10) que a maioria dos policiais que afirmam não registrar BAPM, tem idade de 18 a 24 anos, com 54,55%, seguido dos que possuem de 36 a 45 anos, com 53,01%.

Tabela 5.10: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Faixa Etária (em Anos) *versus* Registro BAPM.

Faixa Etária (em Anos)	Registro BAPM		Total
	Sim	Não	
18 a 24	45,45	54,55	100,00
25 a 35	54,55	45,45	100,00
36 a 45	46,99	53,01	100,00
46 a 55	51,61	48,39	100,00

Nesta seção comprova-se a partir dos dados da presente pesquisa de campo cruzado com a literatura relacionada ao tema, visto nos Capítulos 2 e 3, que analisa os principais modelos de policiamento desenvolvidos atualmente no mundo, Policiamento Profissional, Policiamento Orientado para a Resolução de Problemas e Policiamento Comunitário, apesar das diferenças existentes, pelo menos uma coisa se torna comum: ratificam a necessidade de se trabalhar com a análise criminal para ter mais efetividade nos serviços prestados pela Polícia Militar, sendo assim, as estatísticas criminais, principal fonte de informações para as análises, tomam um caráter ainda mais relevante neste processo.

5.3 - Análise dos Dados Secundários (SISP, CIOP e BAPM)

Outra questão relevante deste trabalho é observar a integração das informações dentro do SIEDS, isto é feito a partir de pesquisas realizadas nos três bancos de dados do SIEDS: SISP, CIOP e BAPM, considerando os registros dos delitos: Ameaça, Furto, Homicídio, Lesão Corporal, Poluição Sonora e Roubo, em relação aos bairros Guamá e Terra Firme, no período de 2009 a 2012, comparando-se a quantidade de ocorrência registrada destes delitos nesses três sistemas do SIEDS.

Neste sentido, a partir da Tabela 5.11 observa-se que do total de Ocorrências Criminais nos bairros Guamá e Terra Firme, registradas no período de 2009 a 2012, pelos três sistemas SISP, CIOP e BAPM. Destes 55,15% (35.477) das ocorrências são registradas no SISP, seguido pelo CIOP que responde por 41,39% (26.627) das ocorrências no mesmo período e o BAPM que registrou apenas 3,46% (2.227) das ocorrências, o que demonstra um verdadeiro abismo entre estes bancos de dados, não havendo um tratamento de cunho analítico entre eles, muito menos produção de relatórios quantitativos das informações do CIOP e do BAPM.

Tabela 5.11: Quantidade e Percentual de Ocorrências Criminais Registradas no Período de 2009 a 2012 nos bairros do Guamá e Terra Firme nos Sistemas BAPM, CIOP, e SISP, por Mês.

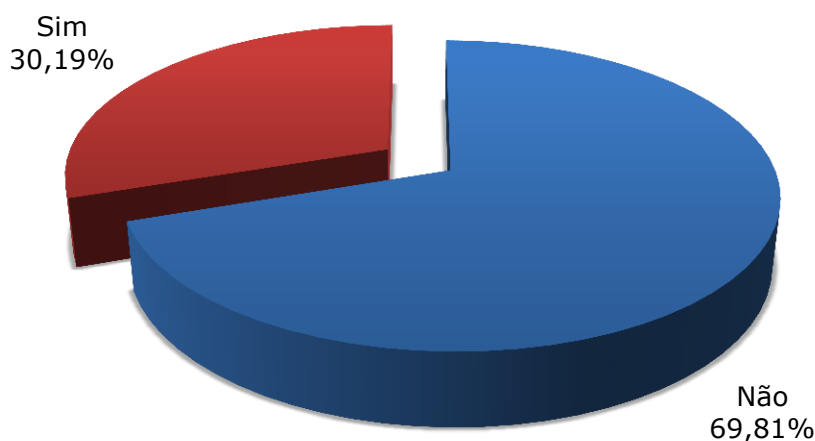
Tipo de Registro	Ano	Mês												Total	%
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
BAPM	2009	72	65	40	58	0	0	0	27	76	30	72	30	470	
	2010	79	72	66	79	56	42	69	57	65	49	35	19	688	
	2011	120	90	119	144	106	96	65	36	36	43	28	15	898	3,46
	2012	8	20	3	11	7	5	1	16	40	29	29	2	171	
Total BAPM	279	247	228	292	169	143	135	136	217	151	164	66	2.227		
CIOP	2009	769	734	690	560	687	709	569	750	516	641	563	580	7.768	
	2010	593	524	534	513	631	624	509	659	558	599	455	465	6.664	
	2011	531	489	686	720	657	691	571	579	629	741	493	413	7.200	41,39
	2012	365	362	354	413	491	464	400	351	429	109	872	385	4.995	
Total CIOP	2.258	2.109	2.264	2.206	2.466	2.488	2.049	2.339	2.132	2.090	2.383	1.843	26.627		
SISP	2009	604	560	558	625	702	813	639	719	677	638	584	582	7.701	
	2010	622	538	601	543	636	587	549	615	556	497	295	473	6.512	
	2011	827	869	865	914	1.093	1.012	948	1.065	973	938	853	818	11.175	55,15
	2012	913	827	734	837	936	754	751	891	680	739	729	1.298	10.089	
Total SISP	2.966	2.794	2.758	2.919	3.367	3.166	2.887	3.290	2.886	2.812	2.461	3.171	35.477		
Total Geral	5.503	5.150	5.250	5.417	6.002	5.797	5.071	5.765	5.235	5.053	5.008	5.080	64.331		

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, Fevereiro/2013.

Também é possível constatar (Tabela 5.11) que de todas as ocorrências registradas pelo sistema de segurança pública do Estado do Pará neste período, o BAPM representou apenas 3,46% (2.227) do total. O que certamente colabora para o fato de que a maioria dos policiais não recebe relatório produzido a partir dos BAPM, com 69,81% e apenas 30,19% recebem tais informações vindas do BAPM (Figura 5.10). Este fato é explicado por Miranda (2004) onde afirma que a falta de registros pode ser entendida como um interesse em manter um número baixo de notificações, para não contabilizar altos índices de ocorrências criminais em sua circunscrição. A autora afirma que “Esse aparente descaso faz parte de uma forma tradicional de organização e controle de informações, na qual a desordem e a particularização do conhecimento são mecanismos fundamentais para a distribuição e manutenção do

poder”. Ora, quanto mais desorganização, maior a discricionariedade da atuação policial, maior liberdade e principalmente menor o controle interno e externo sobre as Instituições.

Figura 5.10: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, em relação aos dados produzidos a partir dos BAPM.



Essa desorganização comentada por Miranda (2004) também pode ser notada na não produção de informações retiradas das estatísticas criminais tendo como fonte o BAPM, assim o controle sobre seus desempenhos e metas fica no esquecimento por parte daquela unidade, tanto que, dentre os 30,19% que recebem informações dos BAPM, verifica-se (Tabela 5.12) que os policiais que estão em maior escala de precedência funcional, ou seja, os que estão no topo da pirâmide hierárquica, são os que recebem dados de estatísticas criminais tendo como fonte o BAPM, assim ocorre com os capitães, tenentes e subtenentes, com 100%, 50% e 100%, respectivamente, entretanto, dentro da classe de 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado, que são os que efetivamente estão diuturnamente na atividade-fim, estes declaram não receber dados BAPM, com 80,00%, 70,00%, 78,95% e 63,74%, respectivamente.

Tabela 5.12: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Posto *versus* Recebimento de Dados BAPM.

Posto/Graduação	Dados BAPM		Total
	Sim	Não	
1º Tenente	50,00	50,00	100,00
2º Tenente	50,00	50,00	100,00
2º Sargento	20,00	80,00	100,00
3º Sargento	30,00	70,00	100,00
Cabo	21,05	78,95	100,00
Capitão	100,00	-	100,00
Soldado	36,26	63,74	100,00
Subtenente	100,00	-	100,00

Outra observação interessante é constatada quando se cruza os dados do tipo de policiamento com recebimento de dados BAPM, onde se percebe na Tabela 5.13 que todos os policiais que trabalham nas bases de policiamento comunitário recebem os dados produzidos pelo BAPM, com 100,00%, muito embora, não façam o registro desta ocorrência no BAPM (Tabela 5.8). Já os policiais que declaram não receber estes dados são na maioria do policiamento administrativo, ostensivo a pé, ostensivo Viatura (4 rodas) e ostensivo viatura (Moto), com 76,32%, 66,67%, 68,94% e 66,67%, respectivamente.

Tabela 5.13: Percentual de Policiais Militares das 3ª e 4ª Companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013, por Tipo de policiamento *versus* Recebimento de Dados BAPM.

Tipo de Policiamento	Dados BAPM		Total
	Sim	Não	
Administrativo	23,68	76,32	100,00
Base Comunitária	100,00	-	100,00
Policiamento Ostensivo a Pé	33,33	66,67	100,00
Policiamento Ostensivo Viatura (4 rodas)	31,06	68,94	100,00
Policiamento Ostensivo Viatura (Moto)	33,33	66,67	100,00

De maneira geral, pode-se constatar nesta seção que a não existência de integração das informações dentro do SIEDS, contribui para que os bancos de dados das Instituições (SISP, CIOP e BAPM) tornem-se cada vez mais isolados e sem interação entre si. E para Miranda (2004) essa falta de integração, de registro e a não produção de relatórios de produtividade tem também relação com a tradição policial de reter as informações e não compartilhá-las visando a manutenção do poder, a partir da exclusividade do conhecimento e ao mesmo tempo, impedir cobranças advindas de estipulação de metas e mensuração de resultados de produtividade.

5.4 Resultados da Análise de Correspondência

Nesta seção apresentam-se resultados e discursões provenientes da metodologia estatística multivariada Análise de Correspondência. Onde se busca mostrar relações/associações existentes entre as diversas variáveis obtidas na pesquisa de campo amostral, dentre elas, por exemplo, o recebimento do mapa criminal e o registro de atendimento e dados BAPM.

Para aplicação desta metodologia, inicialmente se faz necessário a aplicação de testes para verificar a dependência das variáveis em estudo, assim como a soma do percentual de inércia, conforme

visto no Capítulo 4. A Tabela 5.14 apresenta os resultados destes testes a partir do valor do qui-quadrado (χ^2), nível descritivo (*p*-valor), número de linhas (*l*), colunas (*c*) e critério β . De onde se observa que os valores de β são superiores a 3, dessa maneira, as variáveis em estudo são consideradas como dependentes ao nível de significância de 5%, também foi calculado e observado a soma do percentual de inércia, que para todos os casos se mostrou superior a 70%. Sendo então possível a aplicação desta metodologia.

Tabela 5.14: Resultado do Teste para Verificar a Dependência das Variáveis Referentes à Gestão da Informação, a partir do Valor do Qui-quadrado, Nível Descritivo (*p*-valor), Número de Linhas (*l*) e Colunas (*c*), Critério β .

Variáveis	χ^2	<i>p</i>	<i>l</i>	<i>c</i>	β
Mapa Criminal e Registro de Atendimento	15,99	0,000	2	2	14,99
Mapa Criminal e Dados BAPM	42,19	0,000	2	2	41,19

Para efeito de relação estatística, observe os valores em negrito nas Tabelas 5.15 e 5.16 que apresentam nível de confiança (probabilidade) maior ou igual a 70%, que neste caso é considerado como significativos. Neste sentido, verifica-se que o não recebimento do mapa criminal da área de policiamento está associado ao não registro de atendimentos feitos durante o turno de serviço, com probabilidade de 81,22%. Enquanto que o recebimento do mapa criminal esta associado ao registro de atendimentos, com probabilidade de 98,77%. (Tabela 5.15). Estes resultados confirmam a tendência de que os policiais militares que recebem informações das estatísticas criminais a partir de mapas criminais, são os mais comprometidos em registrar ocorrências atendidas no BAPM, justamente por entender a importância de trabalhar com bases mais científicas no policiamento ostensivo que tragam diagnósticos mais apurados sobre o crime evitando com isso “políticas intuitivas” que “constituem-se em um verdadeiro desastre histórico para a segurança pública” (BALESTRERI; COSTA, 2010).

Tabela 5.15: Resíduos e Níveis de Confiança Resultantes da Aplicação da Análise de Correspondência às Variáveis, Mapa Criminal e Registro de Atendimento, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013.

Mapa Criminal	Registro de Atendimento	
	Não	Sim
Não	1,32 (81,22)	-1,32 (0,00)
Sim	-2,50 (0,00)	2,50 (98,77)

Também se verifica que o não recebimento do mapa criminal esta associado ao não recebimento de estudo estatístico dos boletins de atendimento policial militar, com probabilidade de 90,61%. Enquanto que o recebimento do mapa criminal está associado aos dados BAPM, com probabilidade de 100%. (Tabela 5.16).

Tabela 5.16: *Resíduos e Níveis de Confiança Resultantes da Aplicação da Análise de Correspondência às Variáveis Mapa Criminal e Dados BAPM, no Período de 21 a 23 de Janeiro de 2013.*

Mapa Criminal	Dados BAPM	
	Sim	Não
Não	-2,57 (0,00)	1,68 (90,61)
Sim	4,80 (100,00)	-3,13 (0,00)

Capítulo 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresenta-se as conclusões finais e algumas sugestões para trabalhos futuros que abordem temas relacionados a Gestão da Informação e Estatísticas criminais da segurança pública.

6.1 Considerações Finais

Esta dissertação se propôs a mostrar como são empregadas as informações das estatísticas criminais produzidas pela pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social no policiamento ostensivo da Polícia Militar nos bairros Guamá e Terra Firme, de onde inicialmente se pode concluir com base em pesquisa amostral de campo, que os policiais militares do 20º BPM da PM PA, são na grande maioria do gênero masculinos (88,20%), na faixa de idade de 25 a 35 anos de idade (41,32%), da raça parda (77,35%), casados (42,93%), possuem ensino médio completo (48,10%), graduação de cabo (45,50%), com tempo de serviço de 1 a 5 anos (39,23%) e atuam em sua maioria no policiamento ostensivo com viaturas de 4 rodas (62,26%).

Em relação as discursões provenientes da literatura observada pode-se constatar o surgimento de alguns modelos de policiamento como o profissional, o orientado para a solução de problemas e o comunitário, uns com em enfoque mais repressivo de “lei e ordem” como o primeiro, e outros com viés mais de pro-atividade como os dois últimos, possuem algo em comum, a necessidade de se utilizar a informação, aqui especificamente, dos dados estatísticos criminais, assunto base para a análise criminal, transformada em conhecimento, no planejamento da atividade-fim.

Estas novas visões de fazer policiamento com olhar mais científico, inevitavelmente passam pela utilização de políticas públicas de segurança de controle e prevenção da criminalidade que incorporem, de forma sistêmica, o uso de informações, ou mais especificamente o uso de estatísticas criminais, permitindo aos gestores da área ter um diagnóstico mais objetivo dos fatores que interferem de alguma forma na criminalidade e na violência e ao próprio desempenho policial, a partir de mensuração de metas e objetivos mais consistentes.

Para isso, torna-se fundamental primeiro, que as informações produzidas pelo Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará sejam efetivamente integradas, visto que, como foi visto neste trabalho, a política de integração da segurança pública do Estado ocorreu em diversos setores, como no sistema de comunicação atendimento-resposta, com a junção dos *call center* das instituições em um único espaço o CIOP; a integração na área de ensino, formação e capacitação, com a criação do Instituto de Ensino e Segurança Pública (IESP), com o objetivo de modernizar a área de capacitação profissional, pois cada instituição possuía grades curriculares e metodologias de ensino diferenciados, a integração na área operacional com a criação das Zonas de Policiamento (ZPOL) e posteriormente transformadas em Companhias, abrigando em um mesmo espaço físico os efetivos das Policiais Civil e Militar para que o cidadão encontrasse resposta rápida para suas demandas quando fosse registrar uma ocorrência policial; porém, no tocante a informação, a criação do Centro Estratégico Integrado e posteriormente transformado em Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal ligados diretamente a SEGUP, surgiu em decorrência da necessidade de melhor trabalhar a grande demanda de informações que entram no sistema, contudo, acabaram não conseguindo cumprir com uma das suas atribuições principais, que é a de compartilhar as informações existentes nos diversos banco de dados do SIEDS de forma integrada, para com isso, facilitar o planejamento das instituições também de forma integrada.

Tal carência ficou notória por meio da pesquisa de campo realizada com profissionais que estão na ponta do sistema, no caso os policiais militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º BPM que trabalham nos bairros do Guamá e Terra-Firme respectivamente, quando quase 80% do efetivo entrevistado declarou não receber, ao entrar para o serviço, nenhum Mapa Criminal com informações sobre seu setor de policiamento, fazendo concluir que, tais policiais saem para policiar, para dar segurança ao cidadão sem saber de forma elaborada em análises, por exemplo, quais são os horários, locais, dias da semana com maior incidência criminal. Saem para o serviço, também, sem obrigatoriedade de registrar seus atendimentos em BAPM e com isso mensurar sua produtividade, visto que, mais de 50% declararam não fazê-lo, além do que quase 70% desses policiais afirmaram, também, nunca ter recebido nenhum conhecimento produzido a partir dos BAPM.

Conclui-se assim que os banco de dados das instituições não são integrados e muito menos compartilhados, que a produção do conhecimento resultante das estatísticas criminais até existem, mas não chegam a todos os policiais militares que trabalham no policiamento ostensivo, assim, como esperar melhorar a sensação de segurança e baixar o medo do crime do cidadão se tais policiais não sabem, cientificamente, onde, como, quando e nem o *mudus operandi* de quem comete crimes dentro de sua área de policiamento? A resposta a essas indagações levam a deduzir que esses policiais militares, ainda em 2013 onde o mundo vive conectado, saiam para as ruas às escuras, sem nenhuma informação mais

científica e sem um controle institucional mais eficiente, utilizando apenas de suas experiências de vida e de muita discricionariedade para executar o policiamento; e, o mais problemático, sem nenhum comprometimento com metas institucionais de controle do crime e da violência.

A falta de integração das informações do SIEDS dificultam também, além da atuação dos policiais da ponta do sistema, a própria identificação de padrões de crimes e suas correlações e tendências, elementos básicos para uma boa análise criminal e suporte essencial para os planejamentos operacionais e administrativos das instituições de segurança pública, em razão do não aproveitamento de todos os banco de dados disponíveis, visto que o SIAC, órgão responsável pela produção de conhecimento dentro da SEGUP, utiliza apenas os registro de ocorrências feitas nas delegacias e inseridos no SISP para produção de conhecimentos sobre o estudos do crime e da violência, fazendo com que uma gama de dados de outras instituições do sistema não sejam aproveitados. Essa falta de uma base de dados confiável e rebuscada e o cenário de incertezas que eles criam, acabam propiciando preponderância de improvisações e de projetos midiáticos e sem efetividade na área da segurança pública.

Portanto, a contribuição observada, a partir dos objetivos deste trabalho em mostrar como são empregadas as informações de estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, no policiamento ostensivo da Polícia Militar nos bairros Guamá e Terra Firme, é a de que a implementação de uma lógica voltada para o policiamento preventivo com bases em informações provenientes das estatísticas criminais que efetivamente tragam resultados satisfatórios, não só ao planejamento da atividade policial, mas também a população em geral perpassa primeiramente pela real integração dos bancos de dados das Instituições, para que dados de um órgão possam estar disponíveis a qualquer outro, principalmente a Polícia Militar que os necessita para o planejamento do policiamento ostensivo. Segundo, que os profissionais da segurança pública, sobre tudo os policiais militares, estejam dispostos e flexíveis a mudanças relativas a importância de se registrar as ocorrências atendidas por eles para subsidiar estudos estatísticos e de análises criminais, fundamentais na busca de padrões de crimes e conseqüentemente, para ações mais preventivas e eficazes da polícia. Terceiro, que os gestores da área de segurança pública necessitem reconhecer a importância da participação de todos os níveis hierárquicos da instituição no processo, fazendo com que sejam corresponsáveis para que o uso das estatísticas criminais façam parte da rotina e do planejamento operacional da corporação, além do que, as informações produzidas pelas estatísticas criminais, como os mapa criminais, efetivamente possam chegar aos profissionais da ponta da Polícia Militar para com isso, possam trabalhar mais com prevenção e na obtenção de metas e resultados e assim, sair do empirismo reinante nesta seara.

Finalmente, é preciso entender que este trabalho não procurou esgotar todas as indagações que envolvem a gestão da informação e ao emprego das estatísticas criminais na Polícia Militar do Pará, por ser um assunto com poucos estudos produzidos e carência de uma bibliografia mais especializada no Estado, há necessidade de aprofundamento sobre o assunto com inclusão de novas perspectivas para discussão. O fato é que não se pode mais desassociar o emprego do policiamento ostensivo ao saber científico baseado no estudo das estatísticas criminais e da análise criminal, saindo assim, da era do empirismo, da improvisação, da incompetência e do desperdício do dinheiro público.

6.2 Recomendações

Para trabalhos futuros, recomenda-se:

- i) Estudo sobre a viabilidade de criação de um sistema de registro das ocorrências feitas pela Polícia Militar durante o serviço, interligado ao SISP evitando com isso que o cidadão tenha que se deslocar a um posto policial para fazer registrar mesmo estando na frente de um profissional da segurança pública;
- ii) Realizar estudo similar ao desenvolvido nesta dissertação em outras SIEDS, para efeito comparativo;
- iii) Construção de Indicadores de produtividade baseado nas informações provenientes do BAPM.
- iv) Gestão Integrada do Sistema de Informação de Segurança Pública (GISSP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. L. V.; RICCIO, V.; RUEDIGER, M. A. **A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial**: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 40, n. 1, p. 9-21, janeiro./abril. 2011.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento**: uma análise comparativa internacional. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 267 p.

BITTNER, E. **Aspectos Do Trabalho Policial**. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 385 p.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.

BORGES, L. Z. de M.; **Manual do Usuário Polícia Civil**. 2007. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pa.gov.br/?q=node/716>> Acesso em: 21 outubro. 2012.

BRASIL – **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2007.

CÂMARA, P. S., **Integração Alternativa para a Segurança Pública**. Trabalho apresentado ao II Forum Nacional de Direitos Humanos e Segurança Pública na Amazônia, Seminário Internacional de Segurança Pública e Encontro de Ouvidores, Belém, 1999.

CASTRO, C. A.; FILHO, E. B. R. **Inteligência de Segurança Pública**: Um Xeque-mate na Criminalidade. Curitiba. Editora Juruá, 2011.

COSTA, I. F.; BALESTRERI, R. B. **Segurança Pública no Brasil**: um campo de desafios. 1. ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010. 143 p.

CUNHA Jr.; M.V.M. **Análise Multidimensional de Dados Categóricos**: A aplicação das Análises de Correspondência Simples e Múltipla em Marketing e sua Integração com Técnicas de Análise de Dados Quantitativos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1997.

DAHRENDORF, R. **A Lei e a Ordem**. 2. ed., São João del Rei; Editora Instituto Presidente Tancredo Neves, 1999. 152 p.

DIÁRIO OFICIAL. Lei Nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011. Reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/lei-no-7.584-rest.segup_.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2012.

DURKHEIN, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo, Editora Unesp, 1991

GOLDSTEIN, HERMAN. **Policiando uma Sociedade Livre**. (tem tradução) Editora da Universidade de São Paulo, 2003;

HIPÓLITO, M. M.; TASCA, J. E. **Superando o mito do espantinho** – uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis (SC): Insular, 2012.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra** – Conhecimentos do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

KELLING, G. L; WILSON, J. Q. **Broken Windows: The police and neighborhood safety. 1982.** Disponível em: <<http://www.ashevillearts.com/wp-content/uploads/Broken-Windows-The-Atlantic.pdf>>. Acesso em 15 abril. 2012.

LAGARDE, J. **Initiation à L' Analyse des données**, Paris: Dunod, 1995.

LAZZARARINI, A. **Temas do Direito administrativo**. 2. ed., São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2003.

MIRANDA, A. P. M. **Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in) segurança:** considerações para a construção de políticas públicas de segurança. 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Investimentos dos governos estaduais em segurança pública (2005 a 2008)**. 2013. Disponível em: <[MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Mapa da Violência 2013. Homicídios e Juventude no Brasil**. Disponível em: <\[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf\]\(http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf\)>. Acesso em 13 julho. 2013.](http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={CF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{6CB4BC7A-517B-4668-A5F1-2EFC98FFCFE}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>>. Acesso em: 23 junho. 2012.</p>
</div>
<div data-bbox=)

MONET, J. C. **Polícias e sociedade na Europa**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001

MONJARDET, Dominique. **O Que Faz A Polícia: Sociologia da Força Pública**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MOORE, M. H. **Policamento Comunitário e Policamento para a Solução de Problemas**. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (org.). **Policamento Moderno** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MOSCAROLA, J. **Enquêtes et Analyses de données**, Paris: Vuibert, 1991.

MUNIZ, Jaqueline O. **Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_135.html>. Acesso em: 13 maio. 2011.

PARÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Pará**. Belém (PA): ALEPA, 1989.

PARÁ. Lei Nº 5.994, de 2 de fevereiro de 1996. Decretada em 23 de janeiro de 2003. **Dispõe sobre a organização do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará e dá outras providências**, Belém, 2003.

QUINN, Daniel. **Além da Civilização** – A próxima grande aventura da humanidade. São Paulo: Petrópolis, 2001.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Orgs.). **Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional**. Belém: EDUFPA, 2 volumes, 2008.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROLIM, Marcos Flávio. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2006.

SEGUP. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Balço das Ocorrências Policiais com Registro no SISP verificadas na RMB e em todo o Estado do Pará no período de janeiro a novembro dos anos de 2010, 2011 e 2012**. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/2012_nov_03_apresent_bco_ocorr_policias_governador_19_12_12.pdf>. Acesso em 20 julho. 2013.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Pesquisa perfil das Instituições de segurança pública**. Brasília (DF): Ministério da Justiça, 2013.

SOUZA, J. L. C.; BRITO, D. C.; BARP, W. J. **O Segredo Institucional e a Manipulação da Informação em Goffman**. Revista de Ciências Sociais. V. 40, n 2. 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v40n2/rcs_v40n2a3.pdf> Acesso em: 12 dezembro. 2011.

TOMA, M. Y.; QUEIROZ, K. C. M.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. **Análise Estatística dos Atos Infracionais Praticados por Crianças na Região Metropolitana de Belém**. In: RAMOS, E. M.L.S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (org.). Segurança pública uma abordagem estatística e computacional. Belém: Editora Universitária EDUFPA, 2008.v. 2, p. 69-80.


TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento Comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: Parma, 1994.

TZU, Sun. **A arte da Guerra**. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&M, 2000.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Relatório Técnico: **As Subnotificações de Violências em Belém – 2010**, p. 2, 2010.

APÊNDICE

A.1: Questionário Utilizado na Pesquisa com Policiais Militares da 3ª e 4ª Companhia do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, Realizada no Município de Belém, no Ano de 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
MESTRADO DE DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
PESQUISA SOBRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Questionário nº: _____
Data da entrevista: ____/____/2013
Entrevistador: _____
Estado: _____
CIVILIDADE: _____

DADOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS

1) FAIXA ETÁRIA: 1.1) Idade em anos
 1.2) 18 a 24 anos 1.3) 25 a 35 anos 1.4) 36 a 45 anos 1.5) 46 a 55 anos
 1.6) 56 a 65 anos 1.7) Acima de 65 anos

2) SEXO: 2.1) Masculino 2.2) Feminino

3) RAÇA: 3.1) Branco 3.2) Pardo 3.3) Amarelo 3.4) Negro

4) ESTADO CIVIL:
 4.1) Solteiro 4.2) Casado 4.3) Divorciado 4.4) Viúvo 4.5) União estável 4.6) Outros _____

5) NÍVEL ESCOLARIDADE:
 5.1) Ensino Fundamental Incompleto
 5.2) Ensino Fundamental Completo
 5.3) Ensino Médio Incompleto
 5.4) Ensino Médio Completo
 5.5) Ensino Superior Incompleto
 5.6) Ensino Superior Completo
 5.7) Pós-Graduado

6) POSTO GRADUAÇÃO: _____

7) HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NA PMPA: _____ Anos

8) QUE TIPO DE POLÍCIAMENTO EXECUTA
 8.1) Policiamento Ostensivo Viatura (4 rodas) 8.2) Policiamento Ostensivo Viatura (Moto)
 8.3) Policiamento Ostensivo a Pé
 8.4) Policiamento Ostensivo em Bicicleta 8.5) Administrativo

INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

9) AO ENTRAR DE SERVIÇO, RECEBE ALGUM RELATÓRIO (MAPA) CRIMINAL DA SUA ÁREA DE POLÍCIAMENTO, CONTENDO INFORMAÇÕES COMO DIA DA SEMANA, LOCAIS E HORÁRIOS DE MAIOR INCIDÊNCIA CRIMINAL, ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS, MELIANTES PROCURADOS, ETC?
 Sim Não

10) VOCE E SUA GUARNIÇÃO REGISTRAM TODOS OS ATENDIMENTOS FEITOS DURANTE SEU TURNO DE SERVIÇO, INCLUSIVE SIMPLES INDAGAÇÕES DO CIDADÃO, EM BOLETIM PRÓPRIO DA PMPA (BAPM – BOLETIM DE ATENDIMENTO POLICIAL MILITAR):
 Sim Não, SE NÃO, PORQUE?
 10.1) Não, porque só registra as ocorrências que terminam na Delegacia
 10.2) Não, porque se perde muito tempo;
 10.3) Não, porque não é cobrado;
 10.4) Outro, Qual: _____

11) JÁ RECEBEU DA SUA UNIDADE ALGUM ESTUDO ESTATÍSTICA PRODUZIDO A PARTIR DOS BAPM?
 Sim Não